

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

GUSTAVO DAL TOÉ NOVELLI

A COMPETÊNCIA DISCURSIVA DA REAÇÃO SOCIAL: CRIMINALIZAÇÃO E
CIDADANIA NA FALA DO FORMADOR DE OPINIÃO

Florianópolis

2014

GUSTAVO DAL TOÉ NOVELLI

A COMPETÊNCIA DISCURSIVA DA REAÇÃO SOCIAL: CRIMINALIZAÇÃO E
CIDADANIA NA FALA DO FORMADOR DE OPINIÃO

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Morais da
Rosa

Florianópolis

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

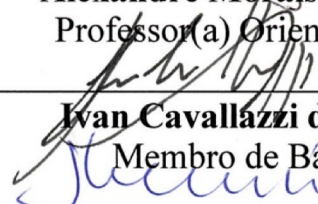
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A competência discursiva da reação social: criminalização e cidadania na fala do formador de opinião**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Gustavo Dal Toé Novelli**, defendido em **12/12/2014** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (DE7), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

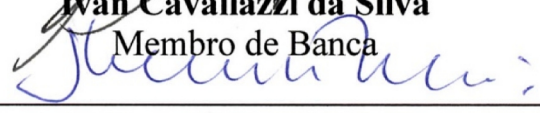
Florianópolis, 12 de Dezembro de 2014



Alexandre Morais da Rosa
Professor(a) Orientador(a)



Ivan Cavallazzi da Silva
Membro de Banca



Juliano Keller do Valle
Membro de Banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Nina e Edson, pelo carinho, pelo apoio desmedido, não só para a escrita deste trabalho mas em todos os momentos da minha vida. Agradecimentos que estendo aos meus irmãos Antônio e Tatiana e ao meu sobrinho Matheus pela sapiência, colheita de tomates, pelas corridas de patinete.

Da família agradeço ainda a minha avó honorária Neide de Pellegrin, em especial pela culinária e a sua escudeira Nona, que garante boas risadas mesmo com um andador. A minha tia Susana Novelli, em especial pelo apoio ao estudo, não só formal, mas de toda espécie, pelo seu valor intrínseco.

Agradeço ao GPDA, ao José Rubens pela amizade, e por ter me apresentado à atividade de pesquisa, de ensino e extensão. Neste grupo agradeço aos amigos, Matheus Caetano, desde o seu “Canotilho”, Patrícia Kotzias, Gabriela Navarro, Giorgia Sena, Letícia Albuquerque, à Ana Beatriz Mayr e Vanessa Ferreira pelo incentivo à arte.

Pelos almoços, reuniões no toco, pelas conversas, debates jurídicos e de tantos temas, agradeço aos amigos e colegas: Alisson Julian, Daniel Salomon, Douglas Giassi e Rafael Jurek. Do Escritório Modelo: Geovani Ambrosio, Lucas P. O., Gustavo Souza e Olga Swiech, esta, do primeiro ao último atendimento, por não lidarem com papéis, mas com pessoas.

Por terem extravasado os bancos e as quatro paredes dos estúdios, pelas chuvas tomadas juntos, pela maestria culinária, pelas aulas de física com pneus de madrugada, pelas tardes calorosas de discussão, os cafezinhos e as fotografias, Marja Mangili, Joanir Fernando Rigo e Ivan Cavallazzi.

Agradeço aos amigos que não tiveram procedência fixa ou certa, pois estivemos e espero que estejamos sempre juntos. Pela capacidade deles em oscilar de um conselho sério a um sopro com a língua pra fora: Luiz Fernandes e seus infinitos interesses, Maria (viu?) e à Liana Pauluka e seu cão de múltiplos nomes pelos passeios.

À Alexandre Moraes da Rosa pela orientação deste trabalho, pelo incentivo ao distanciamento do ordinário, pelas indicações de leitura, pela parceria e simpatia em todas as conversas.

À Khiusha Kiener Uaila, porque te amo, por incontáveis porquês.

*Nada é impossível mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece
habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa
natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertolt Brecht (1898-1956)

RESUMO

O presente trabalho visa a discutir o papel do discurso enquanto meio de controle social a partir de uma perspectiva ampla de criminologia que abrange não só os meios de controle social formais, mas também os informais, em uma relação de influência e complementariedade. Tem-se como objetivo demonstrar que a linguagem não é meio suficiente para a produção de sentidos, esta depende da história, da ideologia, das condições de produção para significar, ou seja, enquanto discurso. Este contém a ideia de curso, de movimento, de percurso, portanto não é vislumbrado como algo finalizado, a que se expõe um leitor. Deste modo, a depender de fatores externos à linguagem, as leituras também são múltiplas e não necessariamente antecipadas ou imaginadas pelo sujeito do discurso. Nesta amplitude de fontes de produção de sentidos, o silêncio significa de formas diversas. Outro objetivo deste estudo é a problematização o lugar do criminalizado na sociedade (hospital, trabalho, cárcere) e a existência de níveis na integração do cidadão até a ocorrência de uma mudança qualitativa, a imagem do criminoso, cujos destino é ditado em consonância à estrutura social vigente. Os conceitos de análise do discurso juntamente à relação de antítese e as similitudes da inclusão na cidadania e na criminalização compõe um dispositivo analítico com fim a demonstrar a tese de atuação discursiva no controle social e a explicitar as relações delimitadas (cidadania e criminalização) na práxis discursiva por meio falas dotadas de autoridade em seus discursos, a competência para ser levado em consideração, ou mesmo seguido, repetido, ao mesmo tempo que tais falas são submissas a controles de ordem discursiva. Os casos analisados são discursos jornalísticos de opinião sobre aspectos relacionados a cidadania e “criminalidade”. Além de comprovar as teses anteriormente trabalhadas a análise destes busca fomentar novos gestos de leitura, por meio de uma posição discursiva polêmica.

Palavras-chave: análise do discurso, cidadania, criminologia, controle social, disciplina, formador de opinião, linguagem, reação social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O CONTROLE SOCIAL E A INCOMPLETUDE DA LINGUAGEM	14
1.1 UMA PERSPECTIVA TRANSLÚCIDA DA LINGUAGEM	15
1.1.1 Uma concepção de ideologia da Análise do Discurso	17
1.1.2 Sobredeterminação ou estabilidade: o discurso enquanto estrutura ou acontecimento	20
1.2 O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM NAS FORMAS DISCURSIVAS	22
1.2.1 A paráfrase e a polissemia no posicionamento locutor/leitor	22
1.2.2 A leitura e a formação do sujeito do discurso.....	25
1.2.3 O Silêncio constituinte de sentidos	27
2. O LUGAR DO CIDADÃO E DO “CRIMINOSO”	31
2.1 A PUNIÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO PAPEL DO CRIMINOSO NA SOCIEDADE A PARTIR DO PARADIGMA DA REAÇÃO SOCIAL.....	32
2.1.1 O Forjar da disciplina na fabricação de proletários	34
2.1.2 “Separar o joio do trigo”: a emergência de um modelo atuarial de controle social.....	42
2.2 DIREITOS E DISCIPLINA NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA.....	44
2.2.1 A pirâmide invertida da cidadania	46
2.2.2 O lugar do cidadão: produção/reprodução.....	53
2.2.3 A criação do inimigo no cerceamento da cidadania	57
3. DISCURSOS COMPETENTES.....	61
3.1 NINGUÉM PRESO AO POSTE.....	65
3.1.1 “Marginal” ou “justiceiro”?	66
3.1.2 Um comentário sobre a violência.....	70
3.2 ENTRE PUNIÇÃO DA DELEGACIA E A LIBERDADE DO AUTOMÓVEL	72
3.2.1 Na minha delegacia	73
3.2.2 Miseráveis motoristas miseráveis	76
CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

A práxis em relação a cidadania e a criminalidade não obedece a uma evolução linear num ganho de sofisticação, diversamente do que possa fazer crer o senso comum. O imaginário a respeito do cidadão e o distanciamento que se cria entre este e o criminalizado convivem em meio a contradições e permanências, ou seja, encontram-se inscritos na história.

O presente trabalho busca demonstrar como a hodierna antítese entre a pessoa cidadã e aquela etiquetada criminoso¹ aparece no imaginário punitivo enquanto uma categoria de terceiro excluído, ou seja, inscrita entre x ou não x, e ainda, como tal antítese é tributária de ideias criminológicas, de suas concepções sociais e filosóficas.

Adota-se como pressuposto o conhecimento do desdobramento das ideias criminológicas na Europa e a tradução destas no Brasil². Contudo, criminologia não pode ser compreendida ao estilo de um verbete, uma vez que definições desse tipo, nos dizeres de Theodor Adorno, “pertencem ao tipo de pensamento tradicional, que fixa e organiza conforme conceitos rígidos”³ e, ao contrário, uma leitura dialética deixa claro que “cada parcela singular de conhecimento social ou de crítica social contrabalança conceitos gerais, definidores e abrangentes”⁴. Deste modo, a pergunta o que é criminologia é irrespondível, e o que se busca, as indagações, são sobre as formações das criminologias diversas.

Faz-se necessária, portanto, uma breve recapitulação do desdobramento das concepções modernas de criminologia. Contudo, não se concebe tal roteiro enquanto possibilidade una, um modo único de conceber as ideias criminológicas. Portanto, a opção é a exposição por meio de paradigmas no sentido kuhnteano, ou seja, a maneira que cada comunidade científica partilhou, dentro do modelo normal e oficial de fazer ciência, a cada maneira histórica de cultivar a ciência.

¹ As pessoas etiquetadas enquanto criminosas não necessariamente praticaram alguma conduta delineada como crime pela dogmática, mas foram reconhecidos e sofreram reação da sociedade e/ou jurídica como autores de ação denominada típica, antijurídica e culpável (teoria tripartite) pelo ordenamento jurídico.

² Recomenda-se a leitura de Evandro Charles Piza Duarte (2002).

³ ADORNO, Theodor W. Introdução à sociologia (1968). São Paulo: UNESP, 2008. p. 72.

⁴ Ibidem. p. 71.

Através de uma leitura organizada por meio de paradigmas, apresentamos breve recapitulação do paradigma etiológico e o surgimento do paradigma do *labelling approach* visando a situar a desconstrução da criminologia tradicional e, ao mesmo tempo a permanência desta forma de conceber as criminologias⁵.

Ademais, as discussões a respeito de ambos os paradigmas, seja o etiológico ou o paradigma da reação social e seus desdobramentos, serão pontualmente retomados seja durante a formação do dispositivo analítico, seja pelos conceitos expostos em vista da temática proposta para a análise, ou no próprio exercício de análise de discursos.

1.1 A CRIMINOLOGIA TRADICIONAL

As abordagens tradicionais em criminologia, tratam de um ente, um ser, seja ele normativo, um dever ser, como na escola clássica italiana, ou em um ente natural, sociológico abordado pela Escola italiana do século XIX, a escola positiva. Diante de tal concepção, se faz breve relato de ambas as escolas, sobretudo fundamentado em seus autores mais destacados.

1.1.1 Cesare Beccaria e a fundamentação filosófica do direito penal na Escola liberal clássica italiana

A Escola Clássica se originou no marco do Iluminismo, na transição do estado absolutista para o estado liberal de direito na Europa. Numa primeira fase, de período filosófico do direito penal, os representantes destacados são Cesare Beccaria, Jeremy Bentham, Gaetano Filangieri, Giandomenico Romagnosi e Paul Anselm von Feuerbach. Em fase posterior, no período jurídico a escola clássica é representada especialmente por Francesco Carrara e passa a função de fundamentação da ciência do Direito Penal.

Embora a denominação “clássica” tenha sido cunhada *a posteriori* e se caracterize por uma variedade de tendências é possível enumerar similaridades. No que tange a primeira fase da escola, essas características encontram-se na obra de Cesare Beccaria, *Dos Delitos e das Penas*, que constitui, nas palavras de Andrade, “o

⁵A respeito, consultar Baratta (2002), Vera (2012).

marco mais autorizado do início da Escola e a expressão mais fidedigna do seu primeiro período.”⁶ Assertiva que vem ao encontro do entendimento de Alessandro Baratta, segundo o qual, o livro de Beccaria:

como há muito a crítica amplamente demonstrou, menos a obra original de uma genial personalidade do que a expressão de todo um movimento de pensamento, em que conflui toda a filosofia política do Iluminismo europeu e, especialmente o francês. A consequência resultante para a história da ciência penal, não só a italiana, mas europeia, é a formulação pragmática dos pressupostos para uma teoria jurídica do delito e da pena, assim como do processo, no quadro de uma concepção liberal do estado de direito, baseada no princípio utilitarista da maior felicidade para o maior número, e sobre as ideias do contrato social e da divisão dos poderes.⁷

Portanto, para explicitação não exaustiva, tendo como fim a difusão dessas ideias no imaginário punitivo, passa-se a abordar a escola em seu período filosófico do direito penal, mais especificamente na obra dos Delitos e das Penas.

O livro de Beccaria apresenta uma concepção liberal de Estado, de princípio utilitarista, ou seja, da maior felicidade para o maior número de pessoas, é fundamentado na ideia de contrato social, na qual, a “sociedade está igualmente ligada a cada um de seus membros por um contrato que, por sua natureza, obriga ambas as partes, seja sociedade e membro”⁸ e de divisão de poderes. O contrato social, seria a base de legitimidade do estado, onde os signatários sacrificam parte da liberdade para poder gozar o restante com segurança. Assim, “a soma dessas porções de liberdade sacrificada ao bem comum forma a soberania de uma nação e o soberano é o seu legítimo depositário e administrador.”⁹

Apreende o autor, ainda, a importância da divisão de poderes, de modo a privilegiar a legitimidade do contrato, frente às pequenas tiranias de muitos. As leis deveriam ser claras e sua interpretação obedecer a um perfeito silogismo, de modo a se exigir um juiz obediente à lei. Tais acepções buscam dar arrimo ao fim último de limitar os poderes de punição do Estado frente à liberdade individual, de modo a se constituir em garantias individuais, e a combater a justiça penal do antigo regime em sua obscuridade e arbitrariedade.

⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 47.

⁷ BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 33.

⁸ BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Tradução: José Faria Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1998. p. 44.

⁹ Ibidem. p. 39.

A segurança da certeza do direito e do indivíduo frente aos poderes do Estado se concilia com um indivíduo que empreende, arrisca, um sujeito racional que diante do claro conhecimento dos seus direitos e deveres pode escolher os melhores caminhos em busca de mais felicidade.

O classicismo, portanto, não buscou fundamentar suas teorias a respeito da criminalidade a partir da análise da pessoa, em busca de algo que a diferenciasse do restante da sociedade, uma vez que a escola liberal clássica, é partidária da teoria que todos os homens são iguais *a priori*, a diferença, no que tange ao fenômeno criminal é que uns respeitam a lei, outros não.

1.1.2 O homem delinquente na explicação patológica da criminalidade da escola positiva

A escola positivista possui um enfoque antropológico, um sociológico e outro jurídico, dos quais, os teóricos mais destacados são, respectivamente Lombroso, Ferri e Garofalo. Contudo, buscar-se-á, brevemente apontar o liame que liga a escola positivista em seus desdobramentos através de Lombroso, especificamente por meio de sua obra O Homem Delinquente.

Rosa Del Olmo, ao tratar da ascensão e declínio de diferentes concepções de criminologia no imaginário, do senso comum ou dos teóricos, assevera que as ciências não nascem espontaneamente, “qualquer inovação teórica é manifestação de uma mudança necessária e já realizada na práxis social e vice-versa.”¹⁰

Nesse horizonte, Vera de Andrade enumera dentre as transformações na função do Estado que marcaram a ascensão da Escola positivista, o intervencionismo na ordem econômica e social, a égide de novas políticas de cunho social, o predomínio de uma concepção positivista de ciência e o declínio do jusnaturalismo. De posse dessas mudanças, a autora caracteriza a crítica do positivismo ao classicismo em duas dicotomias; i) individual x social e; ii) racionalismo x empirismo.¹¹

Pela primeira crítica, a escola clássica teria exagerado na proteção dos abusos de poder do estado, de modo a resultar na diminuição dos direitos da sociedade em prol dos direitos dos delinquentes. Já por meio segunda da segunda

¹⁰ OLMO, Rosa del. A América Latina e sua criminologia. Tradução: Francisco Eduardo Pizzolante, Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 40.

¹¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de, op. cit. p. 42.

crítica, a dicotomia entre racionalismo e empirismo, a escola clássica buscou eliminar a metafísica¹² do livre arbítrio por uma ciência capaz de diagnosticar as causas do delito, localizada no indivíduo.

Uma primeira resposta da escola positiva foi dada por Cesare Lombroso através da obra *O Homem Delinquente* na qual fica clara a sua escolha em usar os mesmos métodos de estudo da natureza na sua antropologia, pois, inicia o livro pelo que denominou “aparente delito em plantas”, seguido pelo mundo zoológico para, numa escala evolutiva e interligada, alcançar o delinquente, que foi configurado pelo tritípico lombrosiano: atavismo, epilepsia e loucura moral.

Partidário do determinismo biológico, Lombroso não negligenciou os fatores psíquicos e sociais. Tais fatores, tiveram suas relações de causalidade desenvolvidos por Ferri, de modo que o crime seria um resultado previsível destes, e o criminoso, portanto, causalmente determinado. Para a escola positivista, a criminalidade é concebida enquanto fenômeno natural, e a escola buscou explicar as causas do crime pelo método científico experimental, em busca do potencial de periculosidade social, que foi identificado pelos positivistas com anormalidade.

Em “*O Homem Delinquente*”, Lombroso caracterizou o delinquente enquanto antítese da pessoa normal, seja por tatuagem, falta de sensibilidade, falhas morais, características físicas. Suas teses a respeito do criminoso tem como matriz a ociosidade enquanto causa do delito e característica última do delinquente.

Daí se conclui que, na concepção de Lombroso, os delinquentes fazem parte de uma minoria anormal, o mal, em oposição a maioria, a sociedade que representa o bem. Tal entendimento, com pequenas dissonâncias na maneira de conceber tal conclusão, é compartilhado pela escola positiva.

1.2 DO LABELLING APPROACH À CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Na comparação de Alessandro Baratta, tanto a escola clássica quanto as escolas positivistas realizam um modelo de ciência penal integrada, com uma concepção geral do homem e da sociedade. Ainda que estas, “sejam profundamente diferentes, em ambos os casos nos encontramos, salvo exceções, em presença da

¹²A filosofia positivista de Comte vislumbra três estados epistemológicos, o teológico, o metafísico e o positivo numa escala evolutiva, na qual se almeja o estado positivo ao conhecimento.

afirmação de uma ideologia da defesa social, como nó teórico e político fundamental.”¹³

No livro, *Criminologia Crítica e crítica do Direito Penal*, Baratta elenca características da ideologia da defesa social, dentre os quais o princípio da legitimidade do estado, o princípio do bem e do mal, da culpabilidade (pessoal), da finalidade ou prevenção, da igualdade (nas criminalizações) e do interesse natural e delito natural.¹⁴ Princípios que foram desconstruídos, segundo o criminólogo pela crítica das teorias sociológicas, no âmbito das criminologias liberal.¹⁵

Por meio das pesquisas efetuadas pelas teorias sociológicas, se percebe o acúmulo do conhecimento científico da ciência normal, no sentido atribuído por Thomas Kuhn, no qual a pesquisa científica se dirige aquilo que já fora fornecido pelo paradigma, e alcança um período de crise, onde o próprio paradigma se torna problemático, limitador de possibilidade. Dessa desconstrução do paradigma etiológico, emerge um novo paradigma, o *labelling approach*.

No desenvolvimento do paradigma da reação social, uma conduta não é criminosa *per se* e tampouco os autores de tais ações podem ser distinguidos por traços físicos, psíquicos, sociais ou ambientais. A criminalidade se revela, principalmente, como um status atribuído a determinadas pessoas nos três níveis explicativos do *labelling*, conforme apresentado por Barata: i) um nível a respeito do processo de definição das condutas a serem consideradas desviadas, ii) a investigação da atribuição do processo de criminoso e iii) o impacto da atribuição dessa etiqueta.^{16, 17}

Da mudança do paradigma etiológico para o da reação social, entre as décadas de 60 e 70 do último século surgem as teorias denominadas “crítica”, “nova”, “radical”, que, diante da limitação do *labelling* enquanto teoria de médio alcance, buscam, em comum, estudar, meios e razões estruturais, sociais e históricas que sustentam o processo de definição, etiquetamento, enquadramento¹⁸. Nessa pesquisa crítica, importante salientar ainda a importância da tradução efetuada dessas

¹³ BARATTA, Alessandro, op. cit. p. 41.

¹⁴ Ibidem. p. 42-43.

¹⁵ Para compreensão dessa desconstrução, ver Baratta (2002).

¹⁶ BARATTA, Alessandro, op. cit. p. 109-110.

¹⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. Sequência: estudos jurídicos e políticos. Florianópolis. v. 16, n. 30. p. 24-36, 1995. p. 30.

¹⁸ Em relação as criminologias críticas, consultar Andrade (2012).

concepções de criminologia na América Latina e no Brasil, de modo a se apreender as especificidades do continente e país, dentre as quais a escravidão¹⁹ e o direito penal subterrâneo.

Resgatadas, brevemente, algumas concepções de criminologia e a irreversibilidade do paradigma da reação social, o presente trabalho, em seu primeiro capítulo apresenta a análise do discurso enquanto instrumento que liga o simbólico da linguagem, como estrutura e como acontecimento ao real da história, mais especificamente naquela concepção do *labelling* que considera o controle social de maneira ampla, ao abranger o controle social formal dos sistemas de justiça e os meios de controle social informais, dentre os quais se encontram os discursos. Os conceitos de análise do discurso apresentados configuram-se enquanto dispositivo teórico que permitirá encampar os textos que serão analisados no terceiro capítulo

O segundo capítulo constitui o recorte proposto para a análise²⁰. Este se compõe pela discussão em torno da antítese (ou mesmo similaridades) entre o lugar concebido ao criminalizado na sociedade, ou seja, institucionalizado ou separado, e o lugar do cidadão, em seus níveis de integração, o modo que essas concepções estruturam o senso comum a respeito das políticas criminais. Enumeram-se críticas ao cárcere e a ilusão de naturalidade deste, ao ciclo temporal trabalho, descanso e consumo, no qual o consumo, por vezes, engloba o conceito de cidadania.

Pela conjugação do primeiro e do segundo capítulo, torna-se possível a formação de um dispositivo analítico (formado pelo dispositivo teórico e temática abordada), de modo a encampar o objeto de análise, a pesquisa qualitativa de discursos de opinião jornalística que tratam de questões relacionadas a “criminalidade” e a cidadania, a possibilitar o batimento do texto discursivo com o instrumental teórico, propiciar o trabalho de análise e a comprovação da tese de permanência do paradigma etiológico da criminologia em tais discursos e a separação ocorrida nestes entre os cidadãos e os criminosos, objetivos do terceiro capítulo.

¹⁹ Consultar nota n. 2.

²⁰ Um mesmo texto (materialidade) pode ser analisado sob recortes diversos, como, uma análise que busca desvelar relações de gênero, uma ideologia econômica.

1. O CONTROLE SOCIAL E A INCOMPLETUDE DA LINGUAGEM

O paradigma do *labelling approach* se desenvolveu em três níveis explicativos. Um nível relacionado ao processo de definição das condutas que serão consideradas desviadas, um nível da aferição da etiqueta de criminoso e terceiro nível que estuda a influência de tal etiquetamento na identidade do receptor.

Por meio destes níveis, o paradigma da reação social (em conjunto com as teorias do conflito) problematizou as definições legais de crime, de modo a negar que tais definições sejam fruto da sapiência de uma entidade superior, da leitura da natureza ou da razão e tampouco um consenso social. Assim se impossibilitou uma justificativa a existência de delitos naturais. Através do paradigma da reação social, portanto, não mais subjaz a possibilidade de buscar nas características fisiológicas, psicológicas, ambientais, uma relação de causa e consequência enquanto justificativa de uma política criminal. Portanto, restou demonstrado, conforme entendimento de Vera de Andrade que:

O processo de criminalização acionado pelo sistema penal se integra na mecânica do controle social global da conduta desviada de tal modo que para compreender seus efeitos é necessário apreendê-lo como um subsistema encravado dentro de um sistema de controle e de seleção de maior amplitude.²¹

Partidária da mesma perspectiva, Lola Aniyar de Castro, ao tratar do paradigma da criminologia etiológica e a introdução do paradigma da reação social, demonstra a ampliação do objeto (declarado) de estudo da criminologia no paradigma do *labelling*, especialmente no que tange a realidade da América Latina:

Nenhum clássico, nenhum positivista se proclama teórico do controle social, entendendo-o como as medidas tendentes a manutenção e reprodução da ordem socioeconômica e política estabelecida. Este será o sentido que daremos, em todo este trabalho, ao conceito de controle social, e não o que lhe é comumente conferido pela criminologia funcionalista, isto é, como as medidas através das quais a reação social se expressaria ante uma conduta que frustre as presumidas expectativas sociais.²²

A autora venezuelana propõe uma “criminologia que seja uma teoria crítica do controle social”²³, de modo a não interessar se a ela dar-se-á o nome de criminologia

²¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal, op. cit. p. 210.

²² CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da libertação. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005. P. 43.

²³Ibidem. p. 57.

ou algum outro, como “controlologia”²⁴. Castro considera que a criminologia sempre se debruçou sobre o controle social, seja como objeto de estudo declarado (que ela propõe) ou enquanto meio para legitimação do poder, o que ocorre com a criminologia tradicional, segundo a autora.²⁵

No âmbito desse objeto amplo da criminologia se insere o proposto estudo da linguagem através da análise do discurso de vertente francesa e a brasileira que se desenvolveu a partir desta (através da pesquisa de Eni Orlandi), de modo a demonstrar a ideologia, a história e as condições de produção dos discursos que tem o controle social como objeto. Busca-se ainda apresentar conceitos da análise do discurso com fim no trabalho de análise que será apresentado no terceiro capítulo.

1.1 UMA PERSPECTIVA TRANSLÚCIDA DA LINGUAGEM

As anotações feitas por Ferdinand de Saussure dos cursos que ministrou de linguística geral, aliadas as notas dos seus alunos, deram origem ao livro homônimo a partir do qual emanam os princípios basilares da linguística moderna. Por meio do estruturalismo²⁶, Saussure buscou conceder rigor teórico à linguística, até então orientada pela subjetividade.

A partir da análise do Curso de Linguística Geral, Pêcheux, Haroche e Henry, afirmam que é possível verificar o “cuidado que Saussure empenhou em separar teoricamente língua e linguagem”²⁷. Nessa divisão a língua perde todos as suas características empíricas e individuais, de forma a se caracterizar enquanto uma dimensão estática e social. Estes aspectos relegados pela língua (individuais, empíricos) restam abrangidas na fala.

O divórcio entre língua e fala em Saussure é explicitado na equação de Pedro de Souza: (linguagem – [fala]) = língua, a partir da qual Souza conclui que “a estratégia de Saussure é moldar o objeto da Linguística de tal modo que a fala imbricada nela não intervenha, comprometendo o objetivismo pretendido”²⁸. Deste modo se explicita

²⁴Consultar VIANA (2006) sobre a mitologia do controle social fundamentada nos arquétipos de Deus e de Lúcifer, este último, representação da desobediência a norma.

²⁵ CASTRO, Lola Aniyar de, op. cit. p. 57.

²⁶A respeito, consultar Saussure (2006), indica-se também Piaget (2003).

²⁷PÊCHEUX, Michel. HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. A Semântica E O Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso. Disponível em:

<http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 30 de out. 2014.

²⁸ SOUZA, Pedro de. Análise do Discurso. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. p. 13.

que há uma tensão entre a concepção social da língua e a individual da fala. O discurso, por outra via, contém a ideia de curso, de movimento, de percurso, assim se distancia da fala saussuriana.

O discurso se caracteriza enquanto mediação necessária entre as pessoas e a realidade social e, portanto, não se restringe a esquema entre o emissor, mensagem, receptor, contendo um referente e um código com fim a transmissão de uma informação. Trata-se de um complexo sistema de constituição dos sujeitos, de argumentação, subjetivação. Por sua natureza constitutiva, a língua não é vislumbrada como sistema abstrato, mas enquanto maneira de significar, diverge, desta forma, da presunção de transparência da linguagem encampada pelas Ciências Sociais.

A análise do discurso entende que, quando há pessoas se comunicando, seja por som, por meio da escrita ou mesmo por formas não verbais de linguagem, há discurso. Deste modo, busca analisar a produção de efeitos de sentido entre interlocutores. A análise de conteúdo busca detectar o que um texto significa, uma tradução em sentido, utiliza-se das frases do texto, do contexto imediato. Por outra via, a análise do discurso procura analisar a produção de sentidos por meio do discurso, ou seja, como a ideologia, a história, as condições de produção implicam nos sentidos atribuídos ao texto. A análise do discurso demonstra a partir desse trabalho analítico que a linguagem é impossibilitada de significar *per se*, depende destes meios, as condições de produção.

Neste sentido, se insere a conclusão de Pêcheux, para o qual “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”²⁹. Diante deste modo de encarar a linguagem, por meio do discurso, a Análise do Discurso recorre a outras filiações teóricas. Além da linguística, se filia a psicanálise e ao materialismo.

Se a análise do discurso interpela a linguística de modo a afirmar que a linguagem não é transparente, a psicanálise, por outra via, se interessa pelo âmbito que fora excluído da linguística saussuriana, a fala, esta, necessária para que a psicanálise possa acordar o inconsciente, que juntamente à ideologia interpelam o sujeito do discurso.

²⁹ ORLANDI, Eni. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2004. p. 17.

A noção de ideologia é interpelada pelo materialismo e, com base nesta, a análise do discurso considera que a história em sua forma material, assim como a linguagem, padece da falta de transparência.

1.1.1 Uma concepção de ideologia da Análise do Discurso

Ao traçar um histórico da ideologia, Michael Löwy afirma que “existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de ‘ideologia’”³⁰.

Diante da pluralidade de significados, Löwy localiza a origem do termo em Destut de Tracy, em um tratado chamado Elementos da Ideologia, no qual inscreve numa perspectiva científico naturalista, uma “ciência das ideias” estruturada como uma parte da zoologia. Por esse critério, os ideólogos faziam oposição à metafísica e à teologia com vistas ao rigor científico que almejavam enquanto método.

Napoleão cunhou o termo “ideólogos” de modo a caracterizá-los enquanto metafísicos abstratos, fora da realidade, em sentido diametralmente oposto aquilo que os ideólogos buscaram se denominar. Marx retomará o termo de modo a conceber a ideologia enquanto falsa consciência. Esta corresponderia a interesses de classe, a um conjunto de ideias que os homens formam da realidade por meio da religião, moral, metafísica.³¹

Neste esteio, Louis Althusser constrói a sua concepção de ideologia de onde fica estabelecida, segundo Pêcheux, que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Contudo, antes de tratar propriamente da compreensão da ideologia em Althusser se mostra fundamental demonstrar as suas bases teóricas.

Althusser concebe a base econômica, constituída pelas forças produtivas e relações de produção, enquanto infraestrutura da sociedade. A superestrutura possui, por sua vez dois níveis: o jurídico-político, formado pelo direito e pelo estado e o nível ideológico em suas aparições concretas, seja religiosa, política, escolar, familiar.

Para esclarecer a relação entre infraestrutura e superestrutura, Althusser faz analogia com um edifício cuja infraestrutura (econômica) é a base, de onde se erigem dois andares de superestrutura (jurídico-político e ideológico). Daí, sugere que “os

³⁰ LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7.ed. São Paulo: Cortez. p. 9-10.

³¹ Ibidem. p. 10.

andares superiores não poderiam ‘sustentar-se’ sozinhos (no ar), se não se assentassem sobre sua base.”³² Do edifício, visualiza a autonomia relativa da superestrutura sobre a base e a existência de uma ação recíproca da primeira sobre a segunda.

Para Althusser, os aparelhos de Estado, tribunais, polícia, presídios, representam o aparelho repressivo, funcionam pela violência³³. Já os aparelhos ideológicos de Estado³⁴ funcionam predominantemente pela ideologia, contudo, não há uma fronteira precisa entre os aparelhos de estado e os aparelhos ideológicos de Estado, esta classificação trata de sua atuação predominante.

Os Aparelhos ideológicos de Estado são exemplificados pela religião, família, sindicato, escola. Da análise destes aparelhos, Althusser concebe a sua afirmação que a ideologia (em abstrato) não tem história (própria)³⁵. Para elucidar essa teoria, o filósofo francês busca arrimo em três teses: i) a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, ii) a ideologia tem uma existência material e, a tese central iii) A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos.

No que tange a representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, Althusser, ao passo que considera que as ideologias se constituem de ilusões, aponta entendimento no qual admite que estas “efetivamente se referem à realidade, e que só precisam ser “interpretadas” para que se descubra a realidade do mundo que está por trás dessa representação imaginária desse mundo (ideologia = ilusão/alusão).”³⁶

A ilusão da ideologia distancia o sujeito do real, de forma a aliená-lo, ao mesmo tempo que constrói, por meio da alusão, uma ilusão de contato com a realidade. Na ideologia se representa a relação imaginária dos indivíduos com as relações reais.

³²ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação) In: Žižek, Slavoj. Um mapa da ideologia. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 107.

³³Na sua obra Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação), Althusser denomina violência somente aquela de caráter físico, quando não assume essa forma denomina repressão administrativa.

³⁴A denominação Aparelhos ideológicos de Estado não se refere a titularidade dos mesmos, mas ao seu papel social, uma vez que instituições privadas podem se configurar enquanto aparelhos ideológicos de estado.

³⁵A expressão utilizada por Althusser é: ideologia não tem história. Foram adicionadas as expressões “em geral” e “própria” entre parênteses de modo a facilitar a compreensão da tese.

³⁶ALTHUSSER, Louis, op. cit. p 107.

No que tange a tese a respeito da existência material da ideologia, o filósofo francês afirma que “uma ideologia existe sempre num aparelho e em sua prática ou práticas”³⁷. Por meio dessa tese, Althusser visa a elucidar que o comportamento adotado pelos indivíduos depende das ideias que possuem como sujeito, de modo que, como exemplifica, se um sujeito acredita na justiça, submete-se as normas do Direito, pode até ser por meio de protesto, manifestação ou peticionamento, contudo, manterá sua submissão.

Através da tese central, na qual Althusser afirma que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, visa a demonstrar que só existe ideologia para sujeitos concretos. Essa categoria, de sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, ao mesmo tempo que o sujeito é constituído pela ideologia.

A análise do discurso resignifica a noção de ideologia, de forma a relacioná-la a linguagem de modo a aduzir que não existe sentido no texto *a priori*³⁸, tampouco um sentido literal, estes são sempre fruto de interpretação, um modo a completar a linguagem no processo de produção de sentidos.

A interpretação ocorre, portanto, junto a linguagem, pela história, por meio de uma visão social de mundo, nunca desvinculada do seu objeto. Deste modo, por meio da história, um sentido se sobrepõe de modo a parecer inquestionável. Trata-se de uma “relação necessária entre a linguagem e o mundo”³⁹ de forma a impor um sentido, apagando a possibilidade de ser outro.

Foucault, embora não analise conceito de ideologia, considera a existência de relação entre o social, histórico e a produção de sentido, em consonância a construção do conceito de ideologia (para análise do discurso) que adotamos:

as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade. Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade.⁴⁰

³⁷ Ibidem. p. 129.

³⁸ Conforme se busca explicitar no item 1.2.1.

³⁹ ORLANDI, Eni. Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes, 2004. p. 31.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002. p. 37.

1.1.2 Sobredeterminação ou estabilidade: o discurso enquanto estrutura ou acontecimento

Na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux, traça caminhos divergentes, mas ao mesmo tempo mutuamente retocados para uma visita aos procedimentos técnicos da análise do discurso. Dentre estes o caminho da caracterização do discurso enquanto acontecimento e o da sua apresentação como estrutura.

O acontecimento representa um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória (discursiva), o fato novo. Tal conceito é explicitado pelo teórico francês através do enunciado *on a ganê*, ganhamos, que atravessa a França com a eleição de François Mitterrand à presidência daquele país, fato relatado por Pêcheux como estupor.

Com a divulgação do resultado da eleição, todos aqueles para quem o acontecimento foi uma vitória se reuniram para comemorar. Dentre os enunciados, o que “pegou” com intensidade, *on a gagnér*, ganhamos, retoma no campo político, a sensação de uma partida esportiva, onde o enunciado costuma ser proferido.

A palavra ganhamos, vem a sobredeterminar o próprio ocorrido, com ele, questões como: quem realmente ganhou com a eleição, além das aparências, o ganho histórico, deixam de fazer sentido, pois absurdas num resultado esportivo, de onde advém a memória de *on a ganê*. Por outro lado o enunciado é profundamente opaco, a ausência de relações associativas, só o permite produzir o sentido almejado naquelas condições bastante específicas, não possuindo estabilidade lógica. A mesma relação de sobredeterminação fica clara através da matéria de Eliane Brum, *Onde está Amarildo?* Na qual a colunista relata:

É tão comum como triste quando, ao ser confrontados com alguém identificada como autoridade, o que pode ser simplesmente alguém de uma classe mais privilegiada, os pobres apresentam de imediato sua carteira de trabalho para provar que existem e são pessoas boas. Ou para não serem humilhados ou presos.⁴¹

A jornalista narra ainda o depoimento dado pela irmã de Amarildo, Maria Eunice Dias Lacerda ao jornalista Fernando Gabeira: “É duro dizer, mas eu acho que meu irmão está morto. Ele sempre dizia que revidaria se fosse agredido por um

⁴¹ BRUM, Eliane. *Onde está Amarildo?* - Época. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-bamarildob.html> >. Acesso em: 30 de out. 2014.

policial. Dizia que trabalhador não pode levar tapa na cara e ficar quieto”. Eliane Brum finaliza com as seguintes indagações: “E se Amarildo fosse “suspeito” ou “traficante” ou “bandido” – e não “trabalhador” – como reagiríamos? Teríamos sido capazes de transformar seu sumiço em denúncia e protesto?”.

O exemplo não se trata de um acontecimento unicamente linguístico, relacionado a palavra trabalhador, em oposição a um eventual bandido, suspeito. Consubstancia-se também de etiqueta social a partir da qual é possível perceber como a caracterização enquanto trabalhador, seja pelo reconhecimento próprio ou alheio, seja por meio de documentos, vem a sobredeterminar o próprio significado de trabalhador.

Logo, quem trabalha, teoricamente, não “cometeria crimes”, seria uma pessoa “comportada” e deveria ter suas garantias legais respeitadas. Em oposição o arquétipo do bandido exclui tais possibilidades não só de reconhecimento mas enunciativas, tanto que uma frase como: “o bandido estava trabalhando arduamente” causa estranheza ou, ao menos, precisa de um referencial anterior, de explicitação dos pressupostos para que possa fazer sentido.

O acontecimento discursivo é marcado pela necessidade de uma rede de relações associativas implícitas, de modo a se conceber estabilidade lógica, enquanto condição de não se interrogar os complementos elididos. Por outra via, no campo do discurso enquanto estrutura, haveria, independência do objeto face a qualquer discurso. Este entraria em vigor nos espaços logicamente estabilizados, nos quais se supõe, “todo sujeito falante sabe o que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação”⁴².

No âmbito da estrutura, existiria uma restrição, ou mesmo proibição de interpretação, culminando no verdadeiro ou falso, na escolha entre a e não a. Não seria admissível, por exemplo, o uso de sentido figurado. Pêcheux exemplifica o discurso enquanto estrutura através da recusa do uso de marcas de distância discursiva, dentre as quais, “em certo sentido”, “se podemos dizer”.

Todavia, tais espaços estabilizados não seriam impostos do exterior, por cientistas, especialistas, administradores. Eles fazem parte de uma necessidade de

⁴² PÊCHEUX, Michel. O Discurso: estrutura ou acontecimento. 2ª ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. p. 31.

homogeneidade lógica por meio de pequenos sistemas lógicos portáteis. Sobre a pretensa estabilidade, Pêcheux, demonstra a barganha que seria:

A promessa de uma ciência régia conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política! (...) como a humanidade poderia ter resistido a semelhante pechincha.⁴³

Os caminhos do pretense uso da linguagem, seja enquanto meio etéreo para transmissão mensagens, ou mesmo como acontecimentos, que determinam, limitam, ao menos em parte as possibilidades de significar e implicam a admissão de pressupostos, são objeto de estudo da Análise do Discurso diante do funcionamento da linguagem de modo a demonstrar sua incompletude.

Em uma analogia ótica, a linguagem para a análise do discurso se configura nem como transparente, simples meio e, portanto reduzido ao conceito de língua em Saussure, tampouco enquanto opaco, de modo a se possibilitar qualquer coisa. Em nossa concepção de discurso a linguagem é translúcida, de modo a se constituir pela ideologia e pela história.

1.2 O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM NAS FORMAS DISCURSIVAS

A linguagem é condição necessária, porém não suficiente do discurso, uma vez que faz sentido pela sua inscrição na história, não possui sentido em si, mas “sempre em relação a”. Todavia, a análise do discurso não é uma forma de interpretação, que busca o sentido com base no próprio texto e contexto imediato, mas tem como objeto trabalhar os seus limites, tampouco busca por sentido verdadeiro, pois considera que não há verdade escondida no texto.

1.2.1 A paráfrase e a polissemia no posicionamento locutor/leitor

Os discursos estão em processo contínuo de desenvolvimento através de processos de paráfrase e polissemia. Estes, definem respectivamente, o sentido que se mantém e o que se desestabiliza. A paráfrase se refere as diferentes formulações daquilo que já está sedimentado, na produção discursiva, no âmbito da criatividade,

⁴³ Ibidem. p. 35.

tendo ou não a mesma estrutura sintática. Por outro lado, se os enunciados remetem a uma diversidade de significação trata-se da polissemia.

“A paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição”⁴⁴ e a polissemia é a “fonte da linguagem, condição de existência dos discursos”⁴⁵. Com isso, nas palavras de Pedro de Souza, “concluimos que a paráfrase é da ordem da formação discursiva, enquanto a polissemia é da ordem do interdiscurso”⁴⁶.

Diante do processo de contínuo desenvolvimento dos discursos e do questionamento a respeito da existência ou não de uma verdade no texto, Eni Orlandi distingue os tipos de discurso conforme estes se apresentam pelos/aos seus interlocutores, de modo a exacerbar, explicitar ou restringir a produção de sentidos.

Tal classificação comporta a existência de três tipos de discurso, o lúdico, o autoritário e o polêmico, esta classificação comporta a existência de figuras ideais típicas enquanto categorias simplificadas para fins didáticos, todavia, diante da concretude discursiva elas se interpenetram e influenciam.

O discurso lúdico se refere aquele em que a polissemia é aberta, neste, o texto se mantém, ao mesmo tempo que ocorre a abertura total de sentido. Em sua dimensão exacerbada se alcança o *non sense* e todo sentido é considerado válido.

No discurso autoritário os participantes não se expõem ao objeto, uma vez que os sentidos são limitados por aquele(s) que pode(m) atribuir sentido, pode vir a culminar num sentido único, ou em uma ordem. Prevalece a paráfrase de tal modo que a tal tipo de discurso pode ser atribuído a posições da autoridade, como o discurso científico ou pedagógico, na voz do cientista, do professor.

A discussão a respeito do discurso autoritário problematiza, inclusive a existência de um sentido literal no discurso. Este é normalmente concebido como aquele com filiação mais próxima ao texto enquanto produto empírico. Contudo, a literalidade também é produto da história, do que é óbvio, aquilo que está arraigado em perspectivas históricas e ideológicas.

O sentido literal se impõe enquanto aquele que fora institucionalizado, pois um sentido depende sempre do contexto, diante das relações de incompletude ao significar, portanto, não passa de uma ilusão. O discurso autoritário pode vir a culminar em um único sentido válido, de forma a apagar as possibilidades da materialidade, de

⁴⁴ ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos, op. cit. p. 38.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ SOUZA, Pedro de, op. cit. p. 61.

ponto a inexistirem interlocutores, tão só um agente que confere o sentido de modo a unificá-lo.

No discurso polêmico, os interlocutores buscam referentes na materialidade, porém contam com agenciamento, um certo controle da polissemia. Esse controle por meio da materialidade pode ser exemplificado pela tese de Joseph Jacotot, explicitada no livro *O Mestre Ignorante*, de Jacques Rancière.

Jacotot acreditava na possibilidade de aprender com um mestre que ignora o objeto do aprendizado. O mestre ignorante, sem conhecimento do conteúdo atuaria como juiz da explicação, cobrando durante do aprendizado a demonstração de onde se inferiu o conhecimento a partir do referente:

De tudo que ele aprende - a forma das letras, o lugar ou as terminações das palavras, as imagens, os raciocínios, os sentimentos dos personagens, as lições de moral - lhe será pedido que fale, que diga o que ele vê, o que pensa disso, o que faz com isso. Somente uma condição será imperativa: de tudo o que disser deverá demonstrar a materialidade no livro. Ser-lhe-á solicitado que faça composições e improvisações nas mesmas condições: ele deverá empregar as palavras e as maneiras do livro para construir suas frases; deverá mostrar, no livro, os fatos relacionados com seus raciocínios. Em suma, de tudo o que dirá, o mestre deverá poder verificar a materialidade no livro.⁴⁷

Utilizando-se ainda do exemplo supracitado, da técnica de emancipação intelectual de Jacotot, onde o estudante demonstra aquilo que aprendeu por questionamento e apontamentos na materialidade, é possível demonstrar a dinâmica entre os três tipos de discurso classificados por Orlandi e a posição do leitor, através do ensinamento da pesquisadora paulista:

Uma maneira de se colocar de forma polêmica é construir seu texto, seu discurso, de maneira a expor-se a efeitos de sentidos possíveis, é deixar um espaço para a existência do ouvinte como “sujeito”. Isto é, é deixar vago um espaço para o outro (o ouvinte) dentro do discurso e construir a própria possibilidade de ele mesmo (locutor) se colocar como ouvinte. É saber ser ouvinte do próprio texto e do outro.⁴⁸

Ou seja, ao aluno, a quem cabe, de forma costumas a posição de ouvinte, se torna possível ocupar a posição de locutor e ao mestre se possibilitaria a posição de ouvinte. No discurso polêmico existe a possibilidade de reversibilidade, ou seja, essa troca de papéis entre o locutor e o ouvinte, dinâmica que demonstra a própria dimensão polemica de tal forma de discurso. Quanto aos outros tipos de discurso, a

⁴⁷ RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante - cinco lições sobre a emancipação Intelectual*. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 32.

⁴⁸ ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996. p. 32.

troca de papéis é exacerbada no discurso lúdico, a ponto de não existirem papéis a serem trocados e, no discurso autoritário, em *ultima ratio*, as posições de locutor e ouvinte são fixas, de forma a impossibilitar a troca.

1.2.2 A leitura e a formação do sujeito do discurso

A condição incompleta da linguagem para significar e a demonstração de diferentes graus de possibilidade na troca de papéis entre locutor e ouvinte, ilustrado por meio dos tipos ideais de discurso (autoritário, lúdico e polêmico) deixam claro que a leitura para a Análise do Discurso não é uma atividade passiva, de mera assimilação, em consonância ao ensinamento de Eni Orlandi:

A relação básica que instaura o processo de leitura é o jogo existente entre o leitor virtual e o leitor real. É uma relação de confronto. O que, já em si, é uma crítica aos que falam em interação do leitor com o texto. O leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(s) sujeito(s) (leitor virtual, autor, etc). A relação sempre se dá entre homens, são relações sociais; eu acrescentaria, históricas, ainda que (ou porque) mediadas por objetos (como o texto). Ficar na 'objetividade' do texto, no entanto, é fixar-se na mediação, absolutizando-a, perdendo a historicidade dele, digo sua significância.⁴⁹

Diante do embate entre os sujeitos, o texto só pode ser considerado acabado, um produto, se for tomado enquanto objeto empírico uma vez que, perante a perspectiva da análise do discurso, o texto é incompleto, trata-se do espaço onde se instala a intersubjetividade.

Na produção da leitura, a compreensão não se refere a concordância ou discordância com texto, mas a própria possibilidade de acesso ao sentido, uma vez que existem leituras previstas pelo locutor ao projetar o leitor, um leitor virtual e outras leituras possíveis, pela pluralidade dos leitores reais. Deste modo, aqueles que se distanciam do leitor virtual podem acabar por não alcançar sentido algum.

A profusão de leitores frente ao leitor virtual demonstra que não há distinção clara entre o momento de leitura e da escrita, pois já ocorre a antecipação de um (ou alguns) modo(s) de leitura esperado(s). Inclusive, a concomitância da escrita e da leitura em sua interação é constitutiva do discurso. Daí, não é possível traçar uma linha divisória entre as condições de recepção e de produção do discurso.

⁴⁹ ORLANDI, Eni. Discurso e leitura. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 9.

As condições de produção, na perspectiva de Eni Orlandi, se referem tanto “a situação imediata ou situação de enunciação (contexto da situação, no sentido estrito) como os fatores do contexto sócio histórico, ideológico (que é o contexto de situação, no sentido lato)”⁵⁰.

Das relações entre o locutor, leitor e as condições de produção e de recepção se traz a lume a condição de sujeito para a análise do discurso. Este se encontra imerso nas contradições do espaço social:

Sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Se, na psicanálise, temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise do Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia.⁵¹

O sujeito do discurso se materializa por meio da sua posição. Nesse sentido os sujeitos são intercambiáveis, ou seja, pode o sujeito estar posicionado empiricamente em um lugar e discursivamente em outro. A distância entre a posição empírica e discursiva, no processo de análise, pode ser apurada a partir de um exemplo, a existência de um sujeito que se declara e até mesmo busca defender um posicionamento conservador e, contudo, acaba por proferir discursos liberais.

A posição discursiva do sujeito possui relações de dependência, uma vez que sempre se referem a uma fala que veio antes, de outro lugar, através do interdiscurso, que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”⁵², o interdiscurso carrega em si os dizeres já proferidos em outros lugares.

Ao mesmo tempo, o sujeito discursivo possui relação com o intradiscurso, este se refere à seara da coerência interna daquilo que se profere. Portanto, tanto interdiscurso quanto o intradiscurso, precisam ser esquecidos para que o sujeito possa reconstituir o processo do discursar. A memória discursiva atua, portanto através do esquecimento de forma a possibilitar um novo processo de enunciação, consoante definição de Michel Pêcheux ao afirmar que:

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais

⁵⁰ ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso, op. cit. p. 218

⁵¹ ORLANDI, Eni P. Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. p. 66.

⁵² ORLANDI, Eni. Análise de discurso: princípios e procedimentos, op. cit. p 31.

tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.⁵³

Do conceito de memória discursiva apresentado por Pêcheux fica demonstrado que o dizer não é propriedade particular, mas que significa através da língua e da história. Desta relação com o que foi dito anteriormente, em outro lugar, se carrega ao menos em parte, o seus significados anteriores, o que ocorre, por meio da relação entre a memória e o esquecimento. No mecanismo de funcionamento da memória discursiva, é preciso esquecer que já há sentidos imbricados para poder proferir novamente um discurso. Assim, nos dizeres de Pêcheux, “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”⁵⁴.

Desta forma, o dizer sem medo, que pode ser proferido livremente, a partir do qual se elucida a razão de ter-se dito algo de uma maneira e não de outra, onde momentaneamente se abstrai que tal discurso já fora enunciado antes, por outras vozes, se configura, para Pêcheux, o esquecimento ideológico, o esquecimento número 1. Este produz a impressão de pessoalidade do pensamento, de liberdade e conexão direta entre o pensamento e a linguagem, de ser a origem do próprio dizer.

O esquecimento número 2 trata da enunciação. Através deste, tem-se a ilusão de ser a origem do que se enuncia, que o sentido atribuído pela própria consciência ao que é proferido é o único possível. As palavras significam, na ilusão do seu locutor, apenas aquilo que este projetou.

1.2.3 O Silêncio constituinte de sentidos

O silêncio costuma ser concebido como uma ausência, algo a ser preenchido. Contudo, outras acepções de silêncio se tornam possíveis quando se retoma o discurso enquanto processo de significação pois, da mesma forma que há múltiplas palavras e efeitos de sentido, existem silêncios. Por meio dessa perspectiva o silêncio produz sentido, portanto significa.

Na classificação apresentada por Orlandi, a política do silêncio é formada pelo i) silêncio constitutivo, através do qual as palavras apagam outras não ditas e, ii) o

⁵³ PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: NUNES, José Horta (org.). O Papel da Memória. Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 52.

⁵⁴ PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Unicamp. 1998. p. 163.

silêncio local, proveniente daquilo que se é proibido de dizer, a censura.⁵⁵

Seja qual for a forma que o silêncio se apresenta, as pessoas estão condenadas a significar, “com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à “interpretação”: tudo tem de fazer sentido (qualquer que seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico.”⁵⁶

Diante da convocação a produzir sentido, não é possível ao sujeito interromper a interpretação, uma vez que o silêncio é a base da polissemia, pois, quanto maior a falta, mais amplas são as possibilidades de significar, até pela necessidade do silêncio ao processo de produção de sentidos.

Ao dizer algo, por mais que se trate de um processo polissêmico, passível de interpretações diversas, sempre se apaga a possibilidade de outros sentidos, se deixa de falar outras coisas na construção do discurso. As possibilidades do intradiscurso e do interdiscurso vão se limitando. Tal acontecimento pode ser visualizado, por exemplo, no acontecimento discursivo, conforme item 1.1.3, onde o enunciado utilizado como exemplo, *on a ganê*, impossibilita uma série de sentidos e questionamentos.

Uma política de silenciamento, o apagar da possibilidade de dizer outra coisa, ou de significar de outra forma, pode ser vislumbrada a partir daquilo de Hulsman denominou de filtros, que atuam nos sistema de justiça penal, na oitiva das pessoas envolvidas. Estas não são realmente ouvidas, mas documentadas, por frases, palavras, enunciados preconcebidos nos inquéritos policiais:

Na realidade, são formulários que a polícia preenche. Tais formulários, num tom invariável, monótono, impessoal, refletem os critérios, a ideologia, os valores sociológicos deste corpo que constitui uma das subculturas do sistema penal”⁵⁷

Por sua vez o silêncio da censura se inscreve na manutenção do sujeito em um âmbito de formação discursiva determinado. Deste modo, o silêncio imposto busca impedir a veiculação de um discurso não autorizado, não necessariamente pela ausência deste, pode ocorrer através de substituição.

Orlandi, no livro *As Formas do Silêncio*, indica que o silenciamento por meio de interdição pode ser exemplificado por meio da censura feita aos jornais durante a

⁵⁵ ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 24.

⁵⁶ Ibidem. p. 32

⁵⁷ HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas: O sistema penal em questão*. Tradução: Maria Lúcia Karam. Niterói: Luam, 1997.p. 81.

ditadura militar de 1964. Durante o regime militar, quando havia alguma informação a ser censurada, os jornais deixavam o espaço da matéria vetada em branco. Contudo isso passou a deixar claro aos leitores que ali havia algo que fora apagado, de modo que o vazio produzia significado.

Proibidos de deixar os espaços das matérias vetadas em branco, os jornais censurados passaram então a substituir esses vazios por receitas culinárias, poemas de Camões. Não obstante a substituição de uma matéria política por algo que costumeiramente não fazia parte do jornal, ou que a cada edição saia em um espaço destinado a fins diversos, deixava claro ao público que ali estava algo que desagradou os censores. Por meio deste exemplo se procura demonstrar que a censura nunca é eficaz, uma vez que o contexto histórico e social, no caso censura, a ditadura, completam o discurso que não ocorreu ou que se buscou determinar outro sentido.

Portanto, seja pelo silêncio fundador, onde ocorre amplitude de sentidos, pois, diante da falta de locução de um discurso, as pessoas são instadas a interpretar, pelo apagamento ou deslocamento de sentidos que ocorre na censura, pelo silenciamento na imposição de outra(s) fala(s), por parâmetros burocráticos para a ocorrência ou não de certos discursos ou mesmo outros silêncios que não foram elencados, tal como o religioso, fica claro que a produção de sentidos entre interlocutores ocorre mesmo diante de tentativas de apagamento de discursos, deslocamento de sentidos ou da passividade em significar.

A incompletude da linguagem é explicitada pela contínua construção do texto enquanto objeto teórico e do próprio sujeito, do discurso e o leitor. As possibilidades de criatividade, pela polissemia e o trabalho de paráfrase, os esquecimentos que carregam sentidos pela história e pelo contexto social, o próprio deixar de dizer ou a substituição do falar do outro.

A construção teórica da análise do discurso permite elucidar a linguagem enquanto limitada e limitante no significar, deste modo, não se constitui um mero meio de produção de sentido. Os conceitos elencados demonstram a possibilidade de atuação da linguagem no controle social.

A nossa conclusão fica mais clara a partir da discussão a respeito da seguinte questão utilizada como exemplo: em um galinheiro havia 30 galinhas, um homem negro levou 10 galinhas, quantas galinhas estão no galinheiro? Haveria somente uma resposta correta? (discurso autoritário), qualquer número seria válido (lúdico), ou é

possível encontrar duas respostas a partir da análise, a saber 40 ou 20 galinhas (discurso polêmico).

O silêncio a respeito da direção do deslocamento da pessoa que carregava as galinhas amplia as possibilidades de interpretação. A própria inserção das características do personagem, homem e negro, ajuda a elucidar a leitura que é esperada, busca trazer à tona o preconceito que cerca o homem negro enquanto ladrão, imagem esta proveniente de outros discursos, explicitada pelo racismo inerente a uma sociedade que fora escravagista e, até o momento, não efetuou uma revisão histórica a respeito numa confortável ilusão (para quem?) de democracia racial. As estatísticas relacionadas a resposta seriam as mesmas se ao invés de “um homem negro” estivesse no enunciado como protagonista “o bom fazendeiro”?

Assim, consoante os conceitos trabalhados, a análise do discurso permite, trazer à tona o senso comum a respeito do crime, do criminoso, do cidadão no imaginário punitivo. Para isso a análise da construção social do distanciamento entre cidadão e criminoso, e pontos de similaridade, se faz necessária.

2. O LUGAR DO CIDADÃO E DO “CRIMINOSO”

No primeiro capítulo se buscou demonstrar a incompletude da linguagem, que para significar depende das relações de produção, da história e da ideologia, estes, constituem substratos que possibilitam os efeitos de sentido que caracterizam os discursos.

A partir desse ponto de vista, o presente capítulo busca elucidar como a criminologia desvela o senso comum que encara a sociedade organizada enquanto representante do bem, os cidadãos, de modo a se excluir os criminalizados, o mal, a demonstrar a vigência do princípio do bem e do mal constituinte da ideologia da defesa social.

Ademais, se busca demonstrar que a cidadania não se constitui enquanto conceito a-histórico, mas que pode ser encarada pela conquista histórica e concretização de direitos civis, políticos e sociais. Assim, se busca caracterizar como a disciplina e o valor do trabalho atuam de modo a gerir o cidadão e o criminalizado ao lhes conceder lugar, ou não, no sistema de produção capitalista.

Embora seja um estudo conceitual, são apontados elementos históricos afim de fundamentar a argumentação. O contexto histórico, na Europa e nos Estados Unidos não visa a afirmar que tais fatos históricos ocorreram da mesma forma no Brasil, num transplante territorial, mas demonstrar seu objeto, ou seja, a formação de uma identidade ao criminoso e a(s) de cidadão(s) enquanto fontes imaginárias da sociedade política transplantadas pelo imaginário, conforme foi concebido por Cornelius Castoriadis:

Aqueles que falam de “imaginário” compreendendo por isso o “espetacular, o reflexo ou o “fictício”, apenas repetem, e muito frequentemente sem o saberem, a afirmação que os prende para sempre a um subsolo de alguma famosa caverna: é necessário que (este mundo) seja imagem de alguma coisa. O imaginário que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social/histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”.⁵⁸

Assim, a partir dessa formação, o terceiro capítulo buscará mostrar como essas relações fazem parte do imaginário social no Brasil por meio da análise de discursos jornalísticos selecionados em pesquisa qualitativa que tratam dos processos

⁵⁸ CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Tradução: Guy Reynaud. 5.ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 1982. p. 13.

de criminalização. Neste ensejo, o presente capítulo também possui como objetivo explicitar a temática (o recorte) da análise que será efetivada.

2.1 A PUNIÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO PAPEL DO CRIMINOSO NA SOCIEDADE A PARTIR DO PARADIGMA DA REAÇÃO SOCIAL

O *labelling approach* aduz que não existem condutas intrinsecamente criminosas, afirma ainda que nem todas as pessoas que praticam tais condutas são incriminadas. Logo, é do processo de criminalização que surge a identificação de um criminoso e, a partir daí o jus a uma pena, conforme a dogmática jurídico penal.

Os manuais jurídicos dividem as teorias da pena em absolutas e relativas. As teorias absolutas, se configuram enquanto retribuição, de onde se pode afirmar que possuem uma percepção do criminoso enquanto portador de livre arbítrio, aquele que não possui diferenças psíquicas, fisiológicas, ou que se encontra imbricado numa relação de causalidade com o ambiente. Portanto, diante da negativa do direito por parte do criminoso, o direito lhe seria negado através da pena o que resultaria na reafirmação do direito.

Já as teorias relativas, consubstanciam a pena enquanto prevenção e portanto, meio de realizar fins socialmente úteis. A prevenção possui dois modelos, a geral e a especial que são subdivididas em positiva e negativa.

Os modelos de prevenção geral se destinam a população em geral, e não diretamente aos criminalizados. A prevenção geral negativa tem como fim intimidar os outros partícipes da sociedade a não cometerem delitos. A positiva finda reafirmar o direito por meio da pena. Por meio dessas teorias, a punição do criminoso não teria um fim nele, mas enquanto um meio simbólico ao restante da população.

As teorias da prevenção especial são designadas à população criminalizada de modo que, na prevenção especial negativa estariam localizadas as funções de neutralização, de aniquilamento do delinquente, de onde se extrai um pressuposto do criminoso enquanto defeituoso, sem conserto e, portanto, passível de ser descartado, pela morte ou pela prisão perpétua, por exemplo. A prevenção especial positiva busca o tratamento do condenado, a sua reforma moral de modo a ressocializá-lo, ou seja, o criminoso seria passível de reforma a possibilitar o seu retorno ao seio da sociedade.

Assim, a análise das teorias da pena, por meio das suas justificativas e dos seus fins são um caminho possível para a compreensão da concepção que os discursos jurídicos fazem daqueles que classifica enquanto delinquente, de modo que tal concepção se espraie por todo imaginário social.

Ao observar a reação social e as limitações que a atribuição da etiqueta de criminoso proporcionam as possibilidades de compreensão e de resposta a determinada conduta, Hulsman elabora uma parábola:

Cinco estudantes moram juntos. Num determinado momento, um deles se arremessa contra a televisão e a danifica, quebrando também alguns pratos. Como reagem seus companheiros? É evidente que nenhum deles vai ficar contente. Mas cada um, analisando o acontecido à sua maneira, poderá adotar uma atitude diferente. O estudante número 2, furioso, diz que não quer mais morar com o primeiro e fala de expulsá-lo de casa; o estudante número 3 declara: “o que se tem que fazer é comprar uma nova televisão e outros pratos e ele que pague”. O estudante número 4, traumatizado com o que acabou de presenciar grita: “ele está evidentemente doente; é preciso procurar um médico, levá-lo a um psiquiatra, etc...”. O último, enfim sussurra: “a gente achava que se entendia bem, mas alguma coisa deve estar errada em nossa comunidade, para permitir um gesto como esse... vamos juntos fazer um exame de consciência”.⁵⁹

A parábola, juntamente com os fins (declarados) postulados pelas teorias da pena demonstram o lugar do desviante (a cela, a oficina, o hospital) e a concepção que se faz destes (doente psicológico, anormal). Assim, a reação social, seja ela punitiva ou não, deixa claro a diferença no imaginário, daquele instado enquanto desviante em relação aos que não foram assim interpelados.

Se dentre as funções declaradas do sistema penal as relações entre punição e a ressocialização são imediatas e evidenciam o seu fracasso, uma vez que suas metas não são cumpridas, quando se trata as funções latentes ou reais tais relações alcançam a própria estrutura social e, por outro lado, deixam claro que a persistência de tais medidas de controle social e mesmo seu agigantamento se deve ao sucesso em alcançar tais fins.

⁵⁹ HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de, op. cit. p. 99-100.

2.1.1 O Forjar da disciplina na fabricação de proletários

Hodiernamente naturalizada, a pena de prisão foi interpelada quanto a sua origem pela linha de pesquisa aberta por Georg Rusche⁶⁰ e desenvolvida no livro *Punição e Estrutura Social*, publicado em coautoria com Otto Kirchheimer pelo Instituto de Pesquisa Social.

O questionamento sobre a origem da pena de prisão já enunciava o caminho da pesquisa em desnaturalizar tal forma de controle social e permitiu o questionamento, inclusive, sobre a possibilidade de uma sociedade sem penas, que indica um potencial crítico do livro para a atualidade.⁶¹

A principal tese da obra *Punição e Estrutura Social* é a influência que as formas de estrutura social em suas oscilações e mudanças possuem nos modos de punição adotados em uma dada sociedade. Neste sentido, a penalidade de escravidão é impossível sem uma economia escravista, o trabalho forçado necessita de manufatura ou da indústria e não existe possibilidade da aplicação de pena de fiança sem a existência de moeda. Consta-se portanto que “a pena como tal não existe; existem somente sistemas de punição concretos e práticas penais específicas”⁶².

Rusche e Kirchheimer negam ainda concretização de um princípio de humanidade das penas e, notadamente a tese de que estas teriam evoluído numa trajetória linear rumo a uma forma civilizada, pois, em sua assertiva:

A punição brutal não pode ser simplesmente atribuída a crueldade primitiva de uma época, agora abolida. A crueldade mesma é um fenômeno social que apenas pode ser entendido nos termos das relações sociais dominantes num dado período⁶³.

Negada a regência dos tipos de pena por um princípio humanitário, se faz

⁶⁰ Antes da publicação de *Punição e estrutura social*, Georg Rusche havia publicado o artigo *Arbeitsmarkt und Strafvollzug* (Mercado de trabalho e execução penal) em 1933 na revista do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt. A respeito, recomenda-se a consulta aos artigos de Machado e Rodriguez (2008) publicados no livro *Curso Livre de Teoria Crítica*.

⁶¹ MACHADO, Marta; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Uma contribuição a crítica do direito penal (levando o direito penal a sério). In: NOBRE, Marcos. *Modelos de Teoria Crítica*. In: NOBRE, Marcos (org). *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas: Papyrus, 2008. p. 133.

⁶² RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2ª ed. Tradução: Gizlene Neder. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2004. p. 19.

⁶³ Ibidem. p.42.

necessária uma abordagem despida das suas justificativas jurídicas, afim de evidenciar o princípio do *less eligibility*, enquanto condutor das formas de pena com vista a condicionar a sua clientela nas novas estruturas sociais, mercantilismo e industrialização e à emergência convivente de um controle atuarial no pós-fordismo.

O princípio da eficácia do sistema penal, *less eligibility*, apregoa que a eficácia das penas pressupõe que as condições do apenado devem ser inferiores às da classe trabalhadora ocupada, todavia podem significar uma melhoria em relação ao subproletariado, em consciência ou em condições de vida materiais.

A teoria do *less eligibility*, juntamente a relação entre punição e estrutura social se erige de modo que: i) se a oferta de mão de obra for excedente às necessidades do mercado ocorrerá a sua destruição ou separação, como na pena de trabalho nas galés⁶⁴ e nas de deportação⁶⁵. Por outro lado; ii) caso a oferta de mão de obra seja insuficiente, a punição assumirá uma maneira de inclui-la na produção, podendo culminar em trabalho forçado.

A divergência de formas de tratar a punição em função da oferta de mão de obra é explicitada pelo tratamento dispendido aos pobres. A Igreja tinha como tarefa cuidar dos pobres, dos doentes e dos velhos. Essa tarefa que era usada como justificativa para as suas posses. Para tanto, contribuía o fato que aos ricos era oferecida a oportunidade de obterem favores divinos por meio de caridade aos pobres.⁶⁶

Porém, com a reforma protestante, em especial com o calvinismo, a prosperidade deixou de ser considerada pecaminosa e a ideia de generosidade voluntária perdeu força. Juntamente com a falta de mão de obra na Europa do século XVI, constituíram-se fatores que contribuiriam para a classificação dos mendigos entre aqueles inaptos para o trabalho, a quem era concedida licença para mendigar, e os aptos à labuta, para quem a prática da mendicância se tornou crime.⁶⁷ Especificamente no que tange a ociosidade e a aptidão para o trabalho, segundo Dário Melossi,

⁶⁴ Embora se trata-se de uma pena temporária, dificilmente os condenados sobreviviam em razão da natureza do trabalho. Ademais, Na França houve decreto designando pena mínima de 10 anos, já em Veneza era de 12 anos. Por fim, embora houvesse tempo de condenação explícito estes eram frequentemente violados.

⁶⁵ Se faz necessária a ressalva que aos ricos ocorria a oportunidade de comprar a liberdade ou converter a deportação em simples banimento que, por vezes, se tornava uma oportunidade de criar um braço comercial no exterior. Ademais, diferente dos escravos, os deportados eram detidos por tempo limitado, eram arrendados, tempo depois do qual eram livres.

⁶⁶ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto, op. cit. p. 59.

⁶⁷ Ibidem. p. 64-65.

convém (...) esclarecer o real significado da “recusa ao trabalho” no século XVI. Uma série de estatutos promulgados entre os séculos XIV e XVI estabelecia uma taxa máxima de salário acima da qual não era lícito ir (o que implicava sanção penal); não era possível nenhuma contratação de trabalho, muito menos coletiva; e até se chegou a determinar que o trabalhador aceitasse a primeira oferta de trabalho que lhe fizesse.⁶⁸

É preciso ainda considerar o estranhamento daqueles, agora proletários, que estavam acostumados a um trabalho mais livre e independente, pautado pelo tempo solar e das estações do ano e não pelo rígido controle disciplinar e temporal das fábricas. Ademais, ocorria “frequentemente trabalhadores tornavam-se mendigos quando queriam férias por um período longo ou curto de tempo, ou quando recuperavam o folego enquanto procuravam um emprego melhor ou mais agradável”⁶⁹.

Diante da escassez de mão de obra e da negativa ao trabalho, nos termos especificados, buscava-se convencer essas pessoas que o trabalho é a essência da vida. Para aqueles que não eram convencidos deveriam ser impostas medidas radicais, pois independentemente de quais fossem as causas, a falta de mão de obra precisava ser suprida e, portanto era inadmissível à burguesia que o proletariado deixasse de produzir, uma vez que além de prejudicar os lucros, a baixa oferta de mão de obra aumentava capacidade de oposição dos trabalhadores.

Nesse contexto de proletários “revoltosos”, de necessidade de trabalhadores, o rei da Inglaterra permitiu o uso do castelo de Bridewell para o funcionamento de uma casa de correção onde fossem acolhidos vagabundos, ociosos⁷⁰, ladrões e autores de delitos menores. O sucesso transpareceu não só pelo surgimento de diversas casas desse tipo pelo país, mas pelo fato de terem sido indistintamente chamadas de *bridewell*.⁷¹

A despeito de pontuais dissonâncias⁷², as casas de correção, tais como as

⁶⁸ MELOSSI, Dário. A gênese da instituição carcerária moderna na Europa In: MELOSSI, Dário; PAVARINI, Massimo. Cárcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). 2. ed. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: 2006. p. 37.

⁶⁹ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto, op. cit. p. 19.

⁷⁰ Atualmente no Brasil, a vadiagem é prevista como contravenção, nos ditames do artigo 59 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

⁷¹ MELOSSI, Dário, op. cit. p. 36- 37.

⁷² O *Hôpitaux généraux* de Paris, por exemplo, tinha uma finalidade maior de assistência a pobreza do que a questão. As *houses of corrections* americanas, por certo tempo tiveram influência do *farmer* autossuficiente e se organizaram muito mais como uma family que uma comunidade de inmates, ou seja, uma comunidade de internos.

bridewells, as *rasp-huis*, as *workhouses*, *almshouses* e as *houses of corrections* eram uma combinação de assistência aos pobres, oficinas de trabalho e instituições penais. Tinham como fim transformar os indesejáveis (criminosos, mendigos, *fellons*, parentes trabalhosos, etc) em força de trabalho útil através do trabalho forçado, não livre, onde o trabalhador era primeiramente adestrado na ideologia burguesa calvinista e só num segundo plano se buscava a extração da mais valia. Trata-se de uma forma de controle do trabalho, de educação e de domesticação dos internos. Segundo Foucault, instituições como

O asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcionam num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhece-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.).⁷³

Por meio da *Rasp-huis* de Amsterdã é possível elucidar a ideologia que permeava as casas de correção. Essa instituição surgiu em 1596 e se destinava em princípio a mendigos ou a jovens malfeitores, posteriormente passou a admitir marginalizados e sentenciados a penas longas. Ela recebeu este nome em virtude do fato que trabalho ali desenvolvido que consistia fundamentalmente em raspar com uma serra de várias lâminas madeira do pau brasil até transformá-la em pó para o uso em tintura de fios.⁷⁴

É interessante o fato que no âmbito do trabalho livre a tarefa era desenvolvida por moinhos, a partir dos quais se obtinha pó de melhor qualidade. Não obstante, na *Rasp-huis* o trabalho era desenvolvido de forma manual, mais cansativa, com fim a adequar ociosos e preguiçosos ao trabalho, mesmo que isso implicasse na pior qualidade do pó fabricado, tanto esse era o fim que “o número de lâminas da serra para pulverizar a madeira progressivamente se reduz de 12 para 8, 6 e 5”⁷⁵. Reduziu-se, concomitantemente, a meta de produção de cada interno.⁷⁶

O aspecto de casa para forjar o caráter fica evidente ainda com o fato que a duração da pena poderia ser determinada pela administração, conforme o

⁷³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 20. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 165.

⁷⁴ MELOSSI, Dário, op. cit. p. 42- 43.

⁷⁵ Ibidem. p. 48.

⁷⁶ Idem.

comportamento do prisioneiro. Ademais, é ilustrativa a transcrição de um panfleto a respeito da instituição de Amsterdã sobre os milagres provenientes da Rasp-huis que indica a relação da instituição como a ideologia do trabalho e da ética calvinista. No panfleto:

o autor, um militante protestante, deu ao seu relato um caráter polêmico em relação ao catolicismo, e ridiculariza os milagres da igreja comparando-os aos milagres ocorridos nas casas de correção. A serra de doze dentes para raspar a madeira aparece como São Raspado, e outras formas de trabalho duro aparecem como Santa Pena e São Trabalho. Juntos esses três santos realizam milagres em seus pacientes, que os pagam com grande devoção⁷⁷

Embora o disciplinamento das massas se mostrasse ainda como meta, o suprimento de oferta de mão de obra vai aumentando, há produção de excedente, situação a partir da qual não há mais necessidade de medidas coercitivas para o emprego da mão de obra, mas atesta o crescimento de uma classe trabalhadora ávida por trabalho. As casas de correção aos poucos foram se tornando um pesado ônus para a administração, pelo contexto econômico, a baixa produtividade, os custos de vigilância.

Essas instituições foram cada vez mais utilizadas enquanto instituições carcerárias, ou seja, a segregação como punição em si, e não como meio ao trabalho forçado ou de contenção até que a pena fosse executada. Diferente das casas de correção, a prisão não visa ao lucro, assim nela é possível o trabalho de maneira terapêutica ou educacional. Nas palavras de Massimo Pavarini:

Foi na tentativa de resolver este problema que a fantasia reformadora do jovem Estado americano encontrou, na política do controle social, sua “invenção” mais original: a penitenciária (*penitentiary system*). Na última década do século XVIII, a escassez endêmica de força de trabalho desfrutava, singularmente, de uma situação favorável. A violenta redistribuição da propriedade fundiária havia determinado um vasto processo de mobilidade social interna, que, acompanhado por taxas cada vez maiores de imigração da Europa, permitira, em virtude dos baixos custos no aprovisionamento das matérias-primas, um vantajoso emprego de capitais na manufatura nascente.⁷⁸

Diante das opções, entre aumentar a produtividade do trabalho e encontrar um sistema mais econômico de punição, prevaleceu o segundo. Neste âmbito, as seitas *quakers* influenciaram na criação de uma instituição cujo isolamento, oração e

⁷⁷ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto, op. cit. p. 81.

⁷⁸ PAVARINI, Massimo. A invenção penitenciária: A experiência dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX In: MELOSSI, Dário; PAVARINI, Massimo. Cárcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). 2. ed. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: 2006. p 186.

abstinência de bebidas alcóolicas pudesse afastar os seus internos da criminalidade. A partir de tais premissas, surgiu em Walnut Street a pena de prisão com isolamento celular dos internos, silêncio, meditação e oração.⁷⁹

O afinco dos reformadores estava na relação que faziam entre o confinamento solitário, enquanto capaz de resolver qualquer problema penitenciário, como o contato perigoso entre os detentos, a promiscuidade, e a introspecção como fomento à busca do arrependimento. No que se refere a disciplina, o sistema de Walnut Street se estruturou pelo princípio do panóptico, que, segundo a descrição de Foucault:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.⁸⁰

No início do século XIX ocorreu um grande incremento na demanda por trabalho nos Estados Unidos, situação que fora agravada pela conquista de novos territórios, pela industrialização e a dificuldade na importação de escravos. Contexto no qual se buscou reintroduzir o trabalho produtivo no cárcere. Todavia, o isolamento celular do modelo de Walnut Street não permitia o uso de máquinas e da produção manufatureira. Ao mesmo tempo que era improdutivo, não educava os detentos para o trabalho moderno.⁸¹

Daí surgiu um novo sistema na penitenciária de Auburn que se calcava no confinamento solitário durante a noite e o trabalho em comum durante o dia. Dessa forma o confinamento noturno mantinha os requisitos da reclusão defendidos pelo sistema de Walnut Street, ao mesmo tempo que possibilitava a aplicação de uma forma contemporânea de produção, a fábrica. Imperava ainda, seja no trabalho coletivo ou na reclusão o imperativo do silêncio com fim na introspecção, havia

⁷⁹ Ibidem. p.186-188.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão, op. cit. p 165-166.

⁸¹ PAVARINI, Massimo, op. cit. p. 189-190.

restrição dos contatos verticais, ou seja entre detentos e os funcionários e supervisores, que deveria ocorrer somente sob estrita indagação desses últimos.

Mesmo que se tenha almejado dar utilidade econômica a casas de correção ou presídios tal objetivo quase nunca foi efetivamente alcançado, neste âmbito nunca foram “úteis”⁸². Contudo, o que fica evidente é a sua forma de fábrica não de algum objeto ou matéria prima, mas dos próprios detidos, impulsivos, agitados múltiplos em sujeito unidimensionado na disciplina, a figura do detido.

O sujeito isolado, no modelo de Walnut Street, pode ser visualizado como o trabalhador desorganizado. Já o silêncio, em ambos os modelos de detenção, o isolamento na forma de linguagem, principalmente frente a possibilidade de comunicação entre os guardas, a lhes atribuir um sentido de coletividade diante dos presos, indivíduos dissociados.

As inferências expostas permitem afirmar que o cárcere possui como objetivo reafirmar, junto a outras instituições totais, distinção entre proprietários e proletários, estes últimos a quem se deve educar afim de se tornarem seres não perigosos e disciplinados:

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.⁸³

A disciplina busca o exercício do poder de maneira mais econômica, de forma discreta, pouca visibilidade e exteriorização, procura pelo máximo rendimento “econômico” no meio por onde se exerce (casas de correção, prisões, hospitais, escolas). Tem como fim a docilidade dos sujeitos para extrair o máximo de utilidade dos corpos.

As justificativas pelo anseio do disciplinamento da mão de obra são amplificadas pela expansão do capitalismo industrial. Se no modo de produção feudal e nas guildas as oficinas não se diferenciavam muito de aglomerações de trabalhadores, com o advento da industrialização, a complexidade dos bens a serem produzidos, maior número de processos a serem executados, a diversidade de matéria prima, a existência de grandes estoques, denotam a necessidade de uma

⁸² Ibidem. p. 211.

⁸³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão, op. cit. p. 143.

nova forma de gerenciamento.

A gerência, proprietária do capital, passa a assumir maior controle sobre a produção pautada na experimentação e controle, de modo a estudar o trabalho dos outros, uma gerência científica. Da divisão de tarefas que ocorria antes da industrialização, em ofício, é substituída pela subdivisão em operações limitadas na qual o trabalhador é inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção.

A divisão do trabalho em subdivisões especializa o funcionário por meio do exercício repetitivo uma tarefa específica, tal como esticar arame para produção de alfinetes, e assim barateia os custos, uma vez que se torna possível selecionar o trabalhador mais hábil, por meio de experimentos e contagem de tempo. A repetição condiciona o trabalhador, diversamente dos ofícios, onde cada um seria responsável por todas as etapas da construção dos alfinetes.

A especialização exige a submissão do trabalhador ao exato meio designado pela gerência para execução do trabalho, uma vez que há necessidade de manter o ritmo da cadeia de trabalho e a compatibilidade das etapas de produção entre si. Daí se percebe o aumento no rendimento do trabalho subdividido, uma vez que, não existem mais decisões a serem tomadas, o trabalho se torna mecânico. Ao contrário do método fabril das oficinas, onde:

A quantidade variada de decisões a serem tomadas no curso do processo é – diferentemente do caso de uma função simples como a de carregador – por sua própria natureza enorme. Mesmo para o caso do torneiro apenas, sem contar todas as tarefas colaterais como a escolha do material, manejo centragem e fixação da peça, desenho e mensuração, ordem de cortes, e considerando apenas as operações de torner, a gama de alternativas é enorme.⁸⁴

Das subdivisões do trabalho é possível enunciar o primeiro princípio do projeto de trabalho industrial de Taylor: a dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores, no qual o administrador reúne o conhecimento do trabalho, classifica e o reduz a leis, regras e fórmulas, a estabelecer uma relação de dependência das políticas gerenciais.

Deve ocorrer ainda a separação entre a concepção e a execução, segundo princípio, no qual o trabalhador somente realiza as tarefas, isento de propósito em prol do rendimento da produção, o planejamento fica por conta do gerenciamento científico.

⁸⁴ BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987. p 101.

E o terceiro princípio, o controle de cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução, que além de aumentar o rendimento, pela linha de produção subdividida, dificulta o retardamento do trabalho por parte dos funcionários, ou o rendimento abaixo daquilo que se concluiu pela experimentação e contagem de tempo. Tal forma de produção diminui a capacidade de resistência do trabalhador, uma vez que as atribuições são simplificadas de modo a que estes possam ser facilmente substituídos e, por conseguinte, diminui-se o tempo de formação e ocorre o aumento de oferta.⁸⁵

2.1.2 “Separar o joio do trigo”: a emergência de um modelo atuarial de controle social

Com o surgimento do trabalho de alta tecnologia, a automação e notadamente a informática, ocorreu a redução da demanda por trabalho humano, situação que marca a transição do fordismo, pautado pela disciplina, e que possui o taylorismo como sua dimensão organizativa, à um regime definido pelo excesso, da onde emergem novas estratégias de controle social orientadas para o controle deste excesso, o pós-fordismo.

A denominação pós-fordismo, do modo como é empregada por Alessandro de Giorgi, deixa clara a persistência dos modelos disciplinares do fordismo, uma vez que a partícula pós denota um período de transição entre o modelo anterior, que não mais vigora, ao menos não sozinho, e um novo modelo em construção. O pós-fordismo se erige pelo esgotamento do modelo industrial da grande fábrica e é marcado pelo excesso, em sua dimensão negativa e positiva.⁸⁶

O excesso negativo demonstra a dependência cada vez menor de força de trabalho no processo produtivo. O desemprego deixa de ser proveniente da conjuntura e se torna estrutural. Nesse foco, o desemprego denota a falta de um conjunto de seguranças, garantias e direitos, o que não equivale ao desaparecimento do trabalho, mas a exclusão de direitos do trabalho, da identidade com o emprego e do envolvimento trabalhador com sua atividade empregatícia, ou seja, da inclusão social por meio do trabalho.

⁸⁵ Ibidem. p. 103-109.

⁸⁶ GIORGI, Alessandro de. A miséria governada através do sistema penal. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 63-65.

O excesso pós-fordista assume ainda uma dimensão positiva onde o ciclo de produção se torna horizontal, de forma a não mais contemplar uma separação rígida entre criação, direção e execução do trabalho. A comunicação e o intelecto se tornam utensílios de produção no trabalho imaterial, cognitivo e ligado a tecnologia. No lugar da sincronia da fábrica em linha é valorizada a cooperação produtiva por meio de rede. Tais relações evidenciam que não há mais controle interno da produção, mas um excesso de potencialidades. Âmbito no qual a disciplina perde centralidade, frente a um domínio da multidão.

A multidão define um processo de subjetivação e multiplicidade, da onde se perdem as caracterizações e separações da classe operária. Além disso a multidão não forma uma classe, um sujeito revolucionário ou identidade de trabalho contemporâneo. A partir desses conceitos, Giorgi apresenta alguns elementos do controle social pós-fordista: o cárcere atuarial, a metrópole punitiva e a rede. No que tange a questão atuarial:

As novas estratégias penais se caracterizam cada vez mais como dispositivos de gestão do risco e de repressão preventiva das populações consideradas portadoras desse risco. Não se trata de aprisionar criminosos perigosos individuais, isto é, de neutralizar fatores de risco individual, mas sim de gerir, ao nível de populações inteiras, uma carga de risco que não se pode (e, de resto, não se está interessado em) reduzir. A racionalidade que estamos descrevendo não é disciplinar, e sim *atuaria*⁸⁷

Por este meio de controle, atos dos sujeitos e suas relações são preteridas em prol de probabilidades, estatísticas de forma que todo um rol de cidadãos se torna passível de controle baseado em suas posições nas relações estatísticas. A metrópole punitiva se caracteriza pela regulação da entrada e saída de pessoas em de modo a diferenciar a possibilidade de transito de pessoas. Se divide em guetos onde a restrição é voluntária, como os shoppings, aeroportos e os guetos involuntários, por exemplo, as favelas. Esse tipo de controle cria obstáculos, simbólicos e materiais seja para inclusão ou exclusão, como dificuldade de acesso pela falta de transporte público, a exigência de determinados tipos de vestimentas, a difusão redutora em caracterizar determinados lugares enquanto reduto de violência.

Por fim, a rede compreende o controle dos requisitos e limites de acesso ao conhecimento e às informações. Trata-se de um controle preventivo e referenciado a

⁸⁷ Ibidem. p. 97.

bens imateriais, uma vez que essa não pode ser recuperada, como a cópia de imagens pessoais que “vazaram” na internet. Contudo, destaca-se, o cárcere permanece também com em suas antigas funções, tal como exemplifica Dário Melossi:

aqueles que inventam novos algoritmos para o *software* continuam a ter necessidade de quem cozinhe seus hambúrgueres, lave suas camisas e lhes garanta um certo relaxamento à noite, diante de um aparelho de televisão ou em qualquer outro local - se, em suma, é o mesmo “processo de vida real” que constitui a base da reprodução capitalista, como podemos afirmar que o emprego “pós-fordista” é aquele emprego que não necessita mais de um aparato “subalterno” a uma “fábrica social” em vias de desaparecimento, e que, por conseguinte, não requereria mais estratégias de “disciplinamento”?⁸⁸

Melossi deixa claro que, a despeito da emergência do pós-fordismo e suas novas formas de controle ainda há aqueles que se inserem na base da reprodução anterior (ainda vigente), o desenvolvimento do pós-fordismo não alcançou a todos. Para o criminólogo italiano as tendências “detentivo-neutralizantes” convivem com aquelas “autoritário-ressocializantes”. Consoante seu entendimento, os antigos “clientes” do sistema ainda são os preferidos de sempre “ex-camponeses que se dirigem à cidade, mesmo que a sua cor, a sua língua ou a sua religião sejam agora diferentes”⁸⁹. Aliados a estes, pobres, desempregados, mendigos, imigrantes representam as novas classes apontadas como perigosas pelo sistema atuarial.

2.2 DIREITOS E DISCIPLINA NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

O tratamento dispensado aos criminalizados (como a economia disciplinar e o contingenciamento atuarial do excesso) descortina relações entre punição e estrutura social, especialmente ao desvelar a existência de simetria entre demanda e oferta no mercado de trabalho com as formas de punição.

As transição das fábricas de disciplina em fábricas de exclusão⁹⁰ possui reflexos não apenas no sistema penal, mas na seara da cidadania, notadamente nas políticas sociais. É o que demonstra a análise de Loïc Wacquant do sistema penal dos Estados Unidos, ponto a partir do qual traça a conexão entre o desmonte de um de

⁸⁸ MELOSSI, Dário. Cárcere, pós-fordismo e ciclo de produção da “canalha”. In: GIORGI, Alessandro de, op. cit. p. 20

⁸⁹ GIORGI, Alessandro de, op. cit. p. 23

⁹⁰ Fábricas de disciplina e fábrica de exclusão são expressões de Vera Malaguti Batista.

um estado caritativo⁹¹ em prol de fortes investimentos numa indústria penitenciária.

Entre as propriedades do estado norte americano que propiciaram esta mudança, Wacquant destaca a tradição dos Estados Unidos em conceber-se como um “país sem Estado”, a diferenciação entre o *social insurance*, uma espécie de seguro⁹², em comparação com o *welfare*, que não demanda contribuição dos beneficiados, e por conseguinte transformaria sua “clientela” em cidadãos de segunda classe ao minar a ética do trabalho. É elencado ainda o fato da intervenção estatal ocorrer tão somente em situações precárias e aos “merecedores”⁹³.

Tais mudanças no estado operam, segundo o sociólogo francês, em duas modalidades. A primeira trata da contenção repressiva dos pobres através do encarceramento (explicitado no item 2.1.2), as “fábricas de exclusão”, e a propagação *less eligibility*. A segunda mudança consiste na transformação das políticas de assistência social em formas de controle e vigilância, como ocorre pelo condicionamento ao acesso a programas sociais aos problemáticos *workfare*, aceitar qualquer emprego independente de condições, *learnfare*, que exige a assiduidade escolar dos filhos, mesmo em uma educação sem perspectiva, reduzida, por vezes a um depósito de alunos. Condiciona ainda a política de assistência a existência de teto nos valores recebidos e duração temporal máxima para sua auferição.⁹⁴

No crescimento do Estado controlador, mesmo as políticas sociais de cidadania atuam como forma de controle social. Nesta concepção, se mostram contrárias a uma compreensão igualitária de cidadania, tal como fora enunciada por Thomas Humphrey Marshall:

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida.⁹⁵

⁹¹ Segundo Wacquant (2003), os Estados Unidos não poderiam ser considerados um Estado-Providência em função de sua esfera de possuir uma esfera menor de cidadania em relação aos similares europeus e dos seus programas sociais limitados.

⁹² O *social insurance* efetua a gestão coletiva dos riscos dos assalariados.

⁹³ WACQUANT, Loïc. Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 21-23.

⁹⁴ Ibidem. p. 27-29.

⁹⁵ MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zarhar, 1967. p. 76.

Tendo em vista a redução das políticas públicas a formas de controle social e o crescimento do sistema penal, ambos em detrimento a uma política igualitária de cidadania, Andrade, vai ao encontro das ideias de Wacquant ao analisar tais relações no cenário nacional:

Se o Direito e o sistema penal estatais estão se tornando máximos, como máximos também estão a se tornar, o Direito e os sistemas Administrativo e Tributário, é porque o Estado mínimo é uma falácia. De fato, o Estado e o Direito só estão a se tornar mínimos no campo social (Direito do Trabalho, Previdenciário), que é precisamente o campo vital, o campo mais nobre para a construção da cidadania, do qual se retiram com a mesma selvageria que colonizam e se expandem pelo campo penal (administrativo, tributário), de modo que a caricatura do Estado mínimo equivale a sistema penal máximo x cidadania mínima, para alguns.⁹⁶

Neste sentido, se faz necessária uma análise de pontos de antítese e de similaridades entre a esfera da punição (disciplina, controle) e a esfera da cidadania (liberdade, emancipação) com vistas a explicitar o senso comum em separar pessoas de bem (cidadãos) e as pessoas de mal (criminosos) em uma construção maniqueísta. Busca-se assim, elucidar a ocorrência de uma escolha pelo Código Penal, por meio da pena, em detrimento da Constituição da República Federativa do Brasil e as políticas de cidadania nela previstas, como educação, saúde, função social da propriedade, liberdade de expressão, democracia participativa⁹⁷.

2.2.1 A pirâmide invertida da cidadania

Ao tomar a cidadania como âmbito de igualdade arrogada aos membros integrais da sociedade, torna-se imperativo enunciar que se trata de conceito histórico, modificado pela crítica, pela história, pelo conhecimento social. Para tanto, nesta análise se utilizou como marco o livro “Cidadania, classe social e status” de autoria de Thomas Humphrey Marshall, sociólogo inglês de vertente liberal, a partir do qual será discorrido sobre a cidadania e alguns de seus elementos, tendo em vista o desenvolvimento desta no Brasil.

A escolha do autor se pauta pelo fato de que, “Marshall foi um dos primeiros teóricos do século XX, senão o primeiro, a ocupar-se com o conceito de cidadania (...)

⁹⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: Códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 27.

⁹⁷ Ibidem. p. 30.

expondo a evolução “quantitativa” pelo qual o termo passou”⁹⁸. A análise de Marshall possui como referência a Inglaterra. No resgate histórico que efetua dividiu conceito de cidadania em três elementos: civil, político e social, classificação atribuída mais à lógica que ao caráter histórico, embora seja possível visualizar períodos de emergência a cada um deles na Inglaterra⁹⁹.

Sobre eventual questionamento da razão de não ter sido ampliado o raio de análise de modo a incluir outros direitos, tais como os culturais, “tão importantes quanto os sociais, a ponto de necessitar uma conquista desse quilate, separada, exclusiva”¹⁰⁰, consideramos que, não obstante a grande importância dos direitos culturais, assim como outros direitos de cidadania não elencados, as dimensões trabalhadas por Marshall são suficientes em delimitar o propósito da análise em curso em relacionar a cidadania ao controle social.

Na seara marshalliana, dos três elementos da cidadania (civil, político e social) os direitos civis se referem aos direitos de liberdade individual, tais como o direito de ir e vir, a liberdade de imprensa, de pensamento, de fé, o direito à propriedade, de contratar, o direito à justiça. O elemento dos direitos civis não se refere a uma concretização ou concessão, mas são pautados pela possibilidade de efetivação. O direito à propriedade, por exemplo, se refere a possibilidade de obtê-la caso possível e de protege-la, não a concessão de uma posse a todos.¹⁰¹

O elemento civil da cidadania coexiste em harmonia com o capitalismo¹⁰² tanto que o Estado capitalista é o primeiro que se fundamenta na igualdade de todos os sujeitos no território do estado, estes denominados cidadãos.

A cidadania é, nessa perspectiva, criação do Direito racional-formal, atendendo a exigências específicas do modo capitalista de produção. Com efeito, o primeiro movimento possibilitado pela cidadania enquanto mediação, é o de converter indivíduos atomizados em sujeitos jurídicos livres e iguais, capazes de contratar livremente. (...) A relação contratual é encarada como uma relação jurídica e, por isso, a igualdade será sintetizada na igualdade perante a lei.¹⁰³

Posteriores aos civis, os direitos políticos aludem a participação no poder

⁹⁸ COELHO, Ligia Martha C. Cidadania/Emancipação. Revista. TB, Rio de Janeiro, v.100, p. 9-30. Jan/mar. 1990. p. 11.

⁹⁹ Segundo Marshall, os direitos civis teriam surgido no século XVIII, os políticos no XIX e os sociais no XX, sendo que estes dois últimos teriam tido um considerável entrelaçamento.

¹⁰⁰ COELHO, Ligia Martha C, op. cit. p 13.

¹⁰¹ MARSHALL, T. H, op. cit. p. 80.

¹⁰² Ibidem. p. 85.

¹⁰³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993. p. 59.

político, seja como eleitor de representantes ou enquanto membro do poder político. Correspondem ao poder legislativo e executivo, e possui níveis de concretude diversos, de modo que não necessariamente ocorre igualdade política de fato.

Nessa esfera de desigualdade, em relação ao voto no Brasil, os escravos não possuíam esse direito por serem considerado como patrimônio e não pessoas, mesmo se libertos votavam somente nas eleições primárias¹⁰⁴, as mulheres por sua vez puderam votar somente a partir de 1930¹⁰⁵. No que se refere aos homens livres, havia a restrição pelo voto censitário¹⁰⁶, contudo, a proibição do voto aos analfabetos era mais excludente, uma vez que a exigência de renda era, na prática, mais facilmente alcançada que a de ser alfabetizado¹⁰⁷. Hoje, a Constituição garante o voto aos analfabetos (facultativo) e apregoa a igualdade de gênero, sem distinção de renda.

Contudo, restringir os direitos políticos ao voto e ao sufrágio universal resulta em uma abordagem insuficiente para concretização dos direitos políticos, uma vez que, conforme Andrade se

por um lado, o sufrágio universal, com o mínimo de restrição possível, instaura a democracia política, incorporando sujeitos historicamente excluídos do direito de sufrágio, forjando a concretização da liberdade e igualdade políticas firmadas discursivamente pelo princípio democrático (...) por outro lado, no entanto, o sufrágio universal não deixa de ser uma “concessão” de Estado, traduzindo uma racionalidade domesticadora para a manutenção do *status quo*, através do qual mobilizam-se periodicamente os cidadãos para melhor despolitizá-los. E nesse sentido pode ser visto como um instrumento do qual o Estado se utiliza, em dado momento histórico, para manter sua dominação social e política.¹⁰⁸

Na esfera dos direitos políticos, é ilustrativa a ocorrência de acontecimento discursivo no debate a respeito do Decreto n. 8.243/2014 que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social. Ocorre, que a partir do momento que tal norma fora apelidada de “decreto bolivariano”¹⁰⁹, termo por vezes tomado de forma pejorativa, a discussão a respeito as referidas

¹⁰⁴ Segundo José Murilo de Carvalho (2010), os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cada 100 domicílios.

¹⁰⁵ MARSHALL, T. H, op. cit. p. 42.

¹⁰⁶ A limitação de renda era de cem mil réis ao ano, na Constituição de 1824. Contudo, a maioria dos trabalhadores ultrapassava esta renda, consoante Carvalho (2010), p 29-30.

¹⁰⁷ A constituição de 1824 permitia o voto dos analfabetos. Todavia, em 1881 foi proibido, numa época em que somente 20% da população masculina era alfabetizada, conforme Carvalho (2010), p. 38-39.

¹⁰⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos, op. cit. p 80-81.

¹⁰⁹ SHALDERS, André. Câmara derruba decreto que criou o Sistema Nacional de Participação Social. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/10/28/interna_politica,454933/camara-derruba-decreto-que-criou-o-sistema-nacional-de-participacao-social.shtml>. Acesso em 20 de nov. 2014.

políticas (seja em forma de críticas, elogios) se resume ou sofre contração em torno da disputa de sentido da expressão “bolivariano”.

O acontecimento discursivo resta demonstrado ao analisar que Veja se refere ao supracitado decreto pelo apelido “bolivariano”^{110, 111, 112}, o jornal o Estado de S. Paulo, em editorial publicado em crítica ao decreto utiliza-se do apelido como ponte para discussão da norma: “O governo sustenta que é piada de mau gosto da oposição chamar o Decreto 8.243 de bolivariano. Infelizmente não é. Alegar que são conselhos consultivos e fugir do problema(...)”¹¹³. Mesmo a Carta Capital, ao se posicionar em defesa do decreto redigiu matéria onde explica, e é, inclusive título da matéria: “Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano”¹¹⁴.

A discussão centralizada e limitada pelo uso do termo bolivariano prejudica as tratativas sobre novas instâncias de democracia, seja por meio do supracitado decreto ou não, na superação da quase onipresença do voto. O início de um debate amplo na sociedade sobre outras formas de participação política encontra barreira ainda na cultura jurídica dominante no Brasil, que deriva do positivismo normativista no campo epistemológico e do liberalismo ne político ideológico¹¹⁵, de forma que:

O conceito de cidadania (...) é tributário de suas matrizes e, em especial, do liberalismo, razão pela qual é concebida (tal como nessa matriz) como direito à representação política e o cidadão definido como indivíduo nacional titular de direitos eleitorais (votar e ser votado) e do direito de exercer cargos públicos. Tal conceito vincula-se, por sua vez, a um modelo específico de democracia, fazendo com que a cidadania seja dela dependente e inexistente fora do seu interior. Trata-se da democracia representativa ou indireta, originada da mesma matriz liberal.¹¹⁶

No liame deste modo de conceber a cidadania, Boaventura de Souza Santos

¹¹⁰ MATTOS, Marcela. Dois dias depois da eleição, Câmara derruba decreto bolivariano de Dilma. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dois-dias-depois-da-eleicao-camara-derruba-decreto-bolivariano-de-dilma>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

¹¹¹ AZEVEDO, Reinaldo. Congresso reage e dá prazo para Dilma revogar decreto bolivariano: ou retira ou será derrubado por Decreto Legislativo. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/congresso-reage-e-da-prazo-para-dilma-revogar-decreto-bolivariano-ou-retira-ou-sera-derrubado-por-decreto-legislativo/>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

¹¹² SETTI, Ricardo. Os perigos do decreto bolivariano de Dilma. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/os-perigos-do-decreto-bolivariano-de-dilma/>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

¹¹³ ESTADO DE S. PAULO. O decreto e a realidade. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-decreto-e-a-realidade-imp-,1515176>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

¹¹⁴ CARTA CAPITAL. Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992.html>> Acesso em 20 de nov. 2014.

¹¹⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: Códigos da violência na era da globalização, op. cit. p 66.

¹¹⁶ Idem.

afirma que na teoria liberal “o princípio da cidadania abrange exclusivamente a cidadania civil e o seu exercício reside exclusivamente no voto. Quaisquer outras formas de participação são desencorajadas”¹¹⁷, tal como a cidadania social.

Terceira forma de cidadania na teorização de Marshall, o elemento social é aquele que contempla a participação num mínimo de bem estar, assim como acesso à educação e aos serviços sociais, que reivindica a participação na herança social. Tal elemento da cidadania fora divorciado do civil e do político

A ocorrência do divórcio do elemento social pode ser demonstrada por meio da análise da *poor law* inglesa. Esta lei era defensora dos direitos sociais ao interferir no sistema de salários e nas forças de mercado. Visava a preservar o sistema econômico existente, com fim a lhe conceder um mínimo de equilíbrio.

Contudo, em 1834, por meio de reforma, passou a prestar assistência somente aqueles acometidos por doenças ou em cuja idade eram incapazes de se prover mas, para isso, era necessário de deixassem inteiramente de ser cidadãos, de modo que a assistência da *poor law* se tornava uma alternativa à cidadania. Essa política de assistência, conforme ideologia vigente à época, afrontava o elemento civil da cidadania como a liberdade de contratar, tanto que a assistência era limitada a mulheres e crianças que não eram vistos como cidadãos.¹¹⁸

Divórcio dos elementos político e social da cidadania, semelhante ao ocorrido na Inglaterra do século XIX, é percebido no Brasil por meio de manifestações aduzindo o fim do direito ao voto para os beneficiários do programa Bolsa Família. Este discurso, além de aparecer em redes sociais e em cartazes nas manifestações de junho de 2013¹¹⁹, foi objeto de documento apresentado a candidatos a cargos do legislativo em 2014 pela Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa.¹²⁰ Proposta semelhante também foi defendida pelo deputado estadual Aldo Demarchi, segundo o qual, tal vedação deveria se estender enquanto durar o benefício¹²¹.

¹¹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 238.

¹¹⁸ MARSHALL, T. H, op. cit. p. 73.

¹¹⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. 'Recebe Bolsa Família? Sem direito a voto'. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/recebe-bolsa-familia-sem-direito-a-voto>>. Acesso em: 20 de nov. 2014.

¹²⁰ ARRUDA, Roldão. Associação propõe suspender voto de quem recebe Bolsa Família. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/associacao-propoe-suspender-voto-de-quem-recebe-bolsa-familia>>. Acesso em: 20 de nov. 2014.

¹²¹ BALZA, Guilherme. Deputado defende que beneficiário do Bolsa Família seja proibido de votar. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/29/deputado-defende-que-beneficiario-do-bolsa-familia-seja-proibido-de-votar.htm>>. Acesso em: 20 de nov. 2014.

Contudo, trata-se de um falso antagonismo entre os direitos civis políticos e sociais, pois não há como garantir o respeito a liberdade civil sem o emprego dos direitos políticos por parte dos cidadãos afim de controlar o Estado e, tampouco a participação política será efetiva sem uma segurança econômica e social mínimas. Estes direitos atuam em mútua influência e complementariedade em constante mudança, em campo de luta pela permanência e pela sua ampliação.¹²²

A respeito da tríade da cidadania proposta por Marshall, José Murilo de Carvalho aduz que no exercício das liberdades (elemento civil), expandiram-se os direitos políticos consolidados pelos partidos e pelo legislativo, tais entes, por meio dos partidos e do congresso, tendo em vista a ampliação do sufrágio passaram a atender o interesse de classes não proprietárias, voltando-se para os direitos sociais. A base dos direitos da cidadania seriam portanto as liberdades civis. Nesta ordem havia a formação de uma convicção democrática.¹²³

No Brasil, diversamente do contexto inglês, a pirâmide formada por estes direitos foi invertida. Aqui se consolidaram primeiramente os direitos sociais, notadamente em dois períodos ditatoriais, de repressão aos elementos civil e político.

Do período ditatorial de Getúlio Vargas destaca-se a implantação de direitos trabalhistas¹²⁴, culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em contraponto, os sindicatos deixaram de ser uma instituição de direito privado para adquirir personalidade de direito público, e foram regulamentados, houve restrição ao direito de greve. No Brasil, os direitos trabalhistas foram mais concessões do que fruto de lutas e greve, conquista dos trabalhadores.¹²⁵

Na Ditadura Militar, implantada pelo golpe de 1964, houve crescimento do número de votantes, no mesmo período que a implantação dos atos institucionais, de cassação de direitos políticos, asilo político, aposentadorias e demissões. No mesmo período o governo consolidou a política previdenciária através da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)¹²⁶ acabando com os Institutos de

¹²² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos, op. cit. p 90-91.

¹²³ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 220.

¹²⁴ O salário mínimo foi implantado, a igualdade salarial (ao menos formal) entre homens e mulheres, a jornada de 8 horas.

¹²⁵ CARVALHO, José Murilo de, op. cit. 124.

¹²⁶ O INPS unificava o sistema previdenciário, antes dividido por categoria profissional através dos IAP, instituto de aposentadorias e pensões, com exceção dos funcionários públicos e militares. Os trabalhadores rurais foram incluídos na previdência por meio do Funrural.

Aposentadorias e Pensões (IAP), que eram organizados por categoria profissional e davam força aos sindicatos.¹²⁷

Por meio desses exemplos, se ilustra o fato que a inversão na sequência dos elementos de cidadania marshalliana¹²⁸ (civis, políticos e sociais), afeta o tipo de cidadão e a democracia que se formam. No Brasil ocorreu a valorização do Poder Executivo, que concedera direitos, a despeito do fechamento do congresso ou da falta de liberdade na atuação legislativa.

Em tal contexto, os direitos civis e políticos perdem valor, uma vez que não atuaram firmemente enquanto base sólida para conquista dos sociais. O Estado transita da imagem de repressor e cobrador de impostos à de paternalista com seus empregos e favores¹²⁹. Nas sociedades periféricas a fragilidade dos direitos civis da cidadania se expressam como instrumento gestor de subcidadania, uma vez que no Brasil:

a igualdade, ainda que meramente formal, efetivamente nunca existiu como fonte de instituição imaginária da comunidade. Jamais atuou como elemento capaz de gerar as fontes simbólicas da comunidade política democrática. De maneira oposta, o que há nessas sociedades, além da prevalência das hierarquias, das relações personalistas e de parentesco, da apropriação privada do público, da lei como expressão de privilégios, são precisamente a “naturalização da desigualdade” e a construção social da subcidadania.¹³⁰

Fabres de Carvalho constrói uma noção de subcidadania, ou seja, de uma “ralé”, de subhumanos, por meio dos fenômenos de invisibilidade pública e de humilhação social. A Invisibilidade pública retrata uma falta de identificação positiva com as próprias qualidades e peculiaridades, uma incomunicabilidade no processo social de formação de identidade, o “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens”.¹³¹

O fenômeno da invisibilidade pública permite apreender a humilhação social, caracterizada como “exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho.”¹³² Nesta perspectiva, humilhação

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo de, op. cit. 171.

¹²⁸ A sequência elencada por Marshall não foi necessariamente seguida mesmo dentro do continente europeu.

¹²⁹ CARVALHO, José Murilo de, op. cit. p. 221.

¹³⁰ CARVALHO, Thiago Fabres de. Criminologia, (in)visibilidade, reconhecimento: O controle pena da subcidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 167.

¹³¹ Ibidem. p. 20-21, 167.

¹³² Ibidem. p. 167.

designa aquele que

perdeu a percepção social de si próprio como de um doador. Humilhado é quem tende a não ser percebido como possuidor de bens e capacidades a ofertar. Não é tanto quem necessita de algo quanto quem necessita dar algo, dar-se a si mesmo: no entanto foi congelado na figura do carente, alguém de que cabe nos ocuparmos e que estaria impedido, ele próprio, de ocupar-se de alguém.¹³³

A naturalização da desigualdade, a invisibilidade pública e a humilhação social permitem vislumbrar um processo de cidadania marcado pela importação de práticas modernas sem a consolidação de um consenso valorativo para sua efetiva concretização, processo que pode ser exemplificado pela ocorrência de um movimento liberal no Brasil que conviveu com a escravidão.

A invisibilidade pública e humilhação social são características de uma classe de subcidadãos, para os quais os direitos elencados na Constituição da República não são efetivos, contudo, estes cidadãos são sobrerepresentados no sistema punitivo. Em outro extremo, aos cidadão sobreintegrados são concedidas as garantias da lei, em detrimento dos deveres correlatos. Os “doutores” são subrepresentados na seara penal, tal como aponta a teoria da cifra oculta¹³⁴.

A relação de sobre e subintegração, inclusão e exclusão, num antagonismo entre o excesso (ver item 2.1.2) e os “doutores”, permeados pela classe média, faz parte de uma relação histórica visível através da pela relação entre escravos e senhores:

Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. Os que fugiam para o interior do país viviam isolados de toda convivência social, transformando-se, eventualmente, eles próprios em grandes proprietários. Não se pode dizer que os senhores fossem cidadãos. Eram, sem dúvida, livres, votavam e eram votados nas eleições municipais. Eram os “homens bons” do período colonial. Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, a noção da igualdade de todos perante a lei.¹³⁵

2.2.2 O lugar do cidadão: produção/reprodução

Diante das contradições nos níveis de integração dos elementos da cidadania

¹³³ Ibidem. p. 168

¹³⁴ Sobre a cifra oculta, também denominada cifra negra, consultar Baratta (2002).

¹³⁵ CARVALHO, José Murilo de, op. cit. p. 21

e do caráter periférico do Brasil, ocorre, nesta sociedade, a convivência de movimentos pós materialistas, típicos de países centrais, como o ecológico e o feminista, com aqueles que almejam necessidades básicas (moradia, reforma agrária). Uma das contradições dessa coexistência se encontra na questão do consumo, uma vez que os cidadãos subintegrados neste reivindicam um direito de serem consumidores ¹³⁶, a aquisição de bens tecnológicos, vestuário, eletrodomésticos, frente à movimentos, como o ecológico que se opõe ao consumismo e ao produtivismo.

Por meio da ideologia da sociedade industrial é possível vislumbrar a hipertrofia da cidadania consumista frente a liberdade, relação que foi denunciada por Marcuse, em análise as sociedades contemporâneas desenvolvidas, denominadas sociedades industriais. Aduziu o filósofo que tais sociedades são marcadas pela falta de liberdade, contudo de maneira suave, democrática, uma vez que frente a um “padrão de vida crescente, o não-conformismo com o próprio sistema parece socialmente inútil”¹³⁷.

Na sociedade industrial, a liberdade passa a ser definida em termos de negação dos seus aspectos tradicionais, em lugar da liberdade econômica, o controle pelas forças e relações da economia, a luta pela existência, a liberdade política que não possui controle efetivo sobre o poder, a liberdade de pensamento que fora absorvida pela doutrinação em massa.¹³⁸

Diante desse sufocamento, da liberdade se realiza na escolha entre marcas e engenhocas. A sociedade industrial é marcada pelo excesso de consumo e desperdício, do trabalho entorpecedor que demanda um modo de descanso que prepara a um novo ciclo de trabalho. Neste sentido, pouco importa se o patrão e empregado podem escolher a mesmas engenhocas, se possuem veículos iguais ou se mulheres e homens consomem os mesmos bens culturais, uma vez que, segundo Marcuse:

A eleição livre dos senhores não abole os senhores ou os escravos. A livre escolha entre ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se êsses serviços e mercadorias sustentam os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor¹³⁹

¹³⁶ Ibidem. p. 228.

¹³⁷ MARCUSE, Herbert. Ideologia da sociedade industrial. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 24.

¹³⁸ Ibidem. p. 25-26.

¹³⁹ Ibidem. p. 28

Os bens de consumo doutrina e manipulam o sistema social e, ao se popularizarem, deixam de ser publicidade para se tornar um estilo de vida. “Surge assim um padrão de pensamento unidimensional, no qual aquilo que transcende esse universo é repellido ou reduzido a este universo.”¹⁴⁰

A expansão da esfera do consumo na impressão de liberdade pode ser vislumbrada ainda por meio da leitura que Slavoj Žižek faz do consumo com base no ternário lacaniano (o real, o simbólico e o imaginário). Marca do capitalismo cultural, o consumo não ocorre somente pelo âmbito real, relacionado a utilidade do bem (qualidade do produto, durabilidade), ele demanda do simbólico uma dimensão de status¹⁴¹ (mais do que a qualidade, o produto deve imprimir a posição social do seu proprietário), não basta um veículo de boa qualidade, este precisa se diferenciado.

O consumo atua ainda no campo do imaginário, ou seja, supera a relação de transação comercial para ser vislumbrada enquanto uma “experiência”. Žižek demonstra o imaginário no consumo através de campanha publicitária do Starbucks, na qual, depois de afirmada a qualidade do café, passa a argumentar sobre a ética da empresa nas tratativas com os produtores, apresenta as suas lojas como local confortável para a trabalhar, conversar (e beber café). Enfim, acima da aquisição de um produto, se compra ética, justiça, proteção ambiental, um *locus* diferenciado, um estilo de vida¹⁴². Pelo consumo é possível afirmar estes valores.

Se a liberdade se realiza por meio da escolha entre marcas e engenhocas, o consumo cria relações imaginárias e de status, o tempo livre também acaba por estar ligado umbilicalmente ao seu oposto, pois este período, supostamente livre serve para restaurar a força e a disposição para a labuta, como um mero intervalo do trabalho. Consoante a lição de Adorno, se

por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base, repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para

¹⁴⁰ Ibidem. p. 32.

¹⁴¹ Žižek faz referência à Tornstein Veblen, provavelmente se referindo ao Livro “A Teoria da Classe ociosa” em especial ao capítulo IV, consumo conspícuo, onde afirma que a utilidade do consumo se dá também, como prova de riqueza.

¹⁴² ŽIŽEK, Slavoj. Primeiro como tragédia, depois como farsa. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 52-53.

que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre.¹⁴³

O tempo livre, portanto, deve ser preenchido com ocupações entorpecedoras, de forma a guardar energias para uma nova jornada de trabalho, local de concentração. Desta forma, estimula o consumo em sua forma simbólica e imaginária, fomenta um estado de letargia no sujeito a compensar o desgaste com a labuta.

Por outro lado, o tempo livre ainda possui o papel de sublimar o trabalho, uma vez que, como Adorno exemplifica pela prática de esporte, nesse *hobby*, as pessoas praticam comportamentos, dividem tarefas ¹⁴⁴, buscam metas, compõem organizações, almejam recompensas, ou seja, apresentam comportamentos análogos aqueles do mundo do trabalho.

Neste entremeio, de cansaço e sublimação, o tédio se delineia como forma de recusa a este tempo previamente forjado, se lhes é impossibilitado torná-lo prazeroso, melhor voltar ao trabalho. O tempo livre idealiza o emprego, e se configura continuação deste, por meio de descanso ou de sublimação.

Além do tempo livre, a separação rígida entre produção e reprodução das forças de trabalho (moradia, alimentação, vestuário), se torna fluida. A aparência do corpo, por meio de ginástica, bronzamento, massagens, o modo de vestir, os locais a frequentar, o comportamento, se constituem elementos da segunda força produtiva do trabalhador, de modo a restringir a sua liberdade, mesmo na seara da reprodução, etapa necessária a formar o arquétipo de trabalhador, notadamente nas profissões liberais, tais como advogados, arquitetos, dentistas, médicos.

Portanto, a simplificação de direitos da cidadania no consumo, na realização da liberdade, por meio de escolhas fajutas, a satisfação amparados na tríade do consumo, a ocupação do tempo de reprodução das forças de trabalho e do tempo supostamente livre com a ideologia do trabalho demonstra uma relação ciclo disciplinar contínuo de trabalho e consumo.

A relação entre cidadania e a questão do consumo pode ser demonstrada por meio de expressões como “direita pão com ovo/mortadela”, “esquerda caviar”. Tais

¹⁴³ ADORNO, Theodor W. Tempo Livre. Tradução: Maria Helena Ruschel. In: ALMEIDA, Jorge M. B. Industria Cultural e Sociedade. 5. ed. Tradução: Juba Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 64.

¹⁴⁴ Sugere-se a consulta ao item 2.1.1, especificamente em relação ao sistema de produção taylorista.

expressões denotam a ocorrência, por vezes de esquecimento enunciativo das relações da cidadania além do seu aspecto social (especificamente o econômico).

Situação ilustrativa ocorreu por meio da decisão interlocutória nos autos de n. 0054326-66.2014.8.26.0050, processo no 1º grau de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ao mesmo tempo que são reconhecidos os direitos civis, políticos, da cidadania:

É certo que o direito de manifestação pacífica faz parte da Democracia, sendo que o que não se pode admitir são atos atentatórios contra o patrimônio público e particular, violação das leis constituídas, atos de vandalismo, depredação e violência contra tudo e todos.¹⁴⁵

Ocorreu argumentação em prol da limitação destes elementos da cidadania (civis, políticos). Pois, embora a decisão considere a ocorrência de depredação e ataque a patrimônio particular, ponderou que a cidadania dos acusados fora suprida por meio do consumo, uma vez que pauta a restrição dos direitos de manifestação dos acusados também pelo fato destes, segundo o documento, terem acesso a redes sociais, vestuário, educação formal, consoante exarado na citada decisão:

Este grupo atenta contra os Poderes Constituídos, desrespeitando as leis, os policiais que tem a função de preservar a ordem, a segurança e o direito de manifestação pacífica, além de, descaradamente, atacarem o patrimônio particular de pessoas que tanto trabalharam para conquista-lo, sob o argumento de que são contra o capitalismo, mas usam tênis da Nike, telefone celular, conforme se verifica das imagens, postam fotos no Facebook e até utilizam de uma denominação grafada em língua Inglesa, bem ao gosto da denominada "esquerda caviar".¹⁴⁶

2.2.3 A criação do inimigo no cerceamento da cidadania

A liberdade da cidadania é restringida por meio de um ciclo entre trabalho e “tempo livre”. O direito penal exerce funções não declaradas em relação a estrutura

¹⁴⁵ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Ação Penal n. 0054326-66.2014.8.26.0050, da 10ª Vara Criminal. Apelante: L.C.S. Acusado: F. H. H. e outro. São Paulo, 01 de agosto de 2014. Disponível em:

<[https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?origemDocumento=M&nuProcesso=0054326-](https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?origemDocumento=M&nuProcesso=0054326-66.2014.8.26.0050&cdProcesso=1E001QHTS0000&cdForo=50&tpOrigem=2&flOrigem=P&nmAlias=P)

[66.2014.8.26.0050&cdProcesso=1E001QHTS0000&cdForo=50&tpOrigem=2&flOrigem=P&nmAlias=P](https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?origemDocumento=M&nuProcesso=0054326-66.2014.8.26.0050&cdProcesso=1E001QHTS0000&cdForo=50&tpOrigem=2&flOrigem=P&nmAlias=P)
G5BF&cdServico=190101&ticket=FELbROIkBebHKJw6owxcPDbDmGLf%2FMwTyeWqRiDkbRiCy4IU
ZbNOKN4F0xYudKlvRIAYV0T8lpYZu0Dbsy9nRH01dlp92%2BGHI0iHgKWVoS2vkQg%2Fd2Uzp%2B
Gny%2BKR%2BYOwx5sPNke3nisD%2B0ffAJdvVrRWHPf3esek3%2FbvK%2F1yQMTa5WtyKjLJRtVK
%2BmW8SnJhx0xC5Ynu%2FmF9dieFatHFnxEDMiW5gb53MFHpszymyOPU%3D>. Acesso em: 24 nov. 2014.

¹⁴⁶ Idem.

social, tal como o disciplinamento a forjar “bons cidadãos”, a exclusão daqueles que são vistos quanto desnecessários, a restringir também a cidadania. A seara dogmática penal, por meio da teorização de um inimigo cria uma categoria ainda mais excludente do que a de cidadão criminalizado (portador de garantias, ainda que formais).

Os objetivos declarados do Direito Penal na justificação dos processos de criminalização constituem na proteção de bens jurídicos (corpo, sexualidade, patrimônio) e são delimitados pelo caráter subsidiário e fragmentário do Direito Penal. Fragmentário pois se refere a proteção apenas de parte dos bens jurídicos selecionados pela Constituição e subsidiário no sentido que caberia ao direito penal a proteção de bens jurídicos apenas em última instância, caso outros meios mais efetivos não forem eficazes.¹⁴⁷

Todavia, esta concepção do Direito Penal enquanto *ultima ratio* não é unívoca. Dentre as dissidências, se destaca a de Günther Jakobs em defesa de um outro nível punitivo, o Direito Penal do inimigo, que seria destinado para situações consideradas extremas, em oposição ao direito penal do cidadão.

No modo como foi concebido por Jakobs, o direito penal do inimigo pode ser sintetizado em três elementos: i) adiantamento da punibilidade, voltado para ações futuras, ii) penas desproporcionalmente altas, independente do adiantamento da punição e iii) relativização ou mesmo eliminação de algumas garantias processuais.¹⁴⁸

Se a criação de uma nova esfera punitiva já não fosse criticável *per se*, ao ser ainda mais excludente da cidadania que o Direito Penal ordinário, o Direito Penal do inimigo não trata o autor como pessoa e sim como uma fonte de perigo, fundamentado em uma base filosófica contratualista que concebe o inimigo como aquele que “infringe o contrato, de maneira que já não participa dos benefícios deste”¹⁴⁹. Em comparação, o cidadão que delinquisse teria o “direito a voltar a ajustar-se com a sociedade, e para isso deve manter seu *status* de pessoa, de cidadão.”¹⁵⁰

¹⁴⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: Parte Geral. 3 ed. Curitiba: ICPC: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 5-6.

¹⁴⁸ MELIÁ, Manuel Cancio. «Direito Penal» do Inimigo? In: JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. Direito Penal no inimigo: noções e críticas. Tradução: André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 67.

¹⁴⁹ JAKOBS, Günther. Direito Penal do Cidadão e Direito Penal do Inimigo. In: JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. Direito Penal no inimigo: noções e críticas. Tradução: André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 25.

¹⁵⁰ Ibidem. p. 26-27

Segundo Jakobs, em casos considerados extremos¹⁵¹, não seria possível tratar os réus como alguém que agira erroneamente, mas enquanto autores por tendência, que rechaçam por princípio o ordenamento jurídico e perseguem a sua destruição. Diante destes, agir nos limites do Direito Penal do cidadão (com as garantias decorrentes) seria atar o Estado pela obrigação de tratar inimigos como pessoas.¹⁵²

Limitar a condição de humano, de cidadão, e as garantias dos acusados já é uma atitude grave em si pelo aspecto de exclusão àquilo que deveria ser inerente a todas as pessoas (direitos da cidadania), tal limitação é ainda, nebulosa, uma vez que Jakobs não delimita quem seria o inimigo (não cidadão), apenas busca arrimo em acontecimentos grandiosos, tal como o 11 de setembro para exemplificar quem seria este inimigo, mas ao mesmo tempo afirma que cidadãos e inimigos são “dois tipos ideais que dificilmente aparecerão transladados à realidade”¹⁵³.

Ao etiquetado inimigo, se aplica o direito penal do autor enquanto função declarada, este é “interceptado já no estado prévio, a quem se combate por sua periculosidade” e assim, por se tratar de um autor, a punição pode ser adiantada para evitar ações futuras. O direito penal do autor também ocorre fora da seara do inimigo, cujas funções (neste âmbito não declaradas) se relacionam a estrutura social com fim na disciplina, no contingenciamento populacional do excesso. No que tange ao inimigo, a questão do autor é explícita e agravada pela ponderação às garantias penais.

Mesmo quando em lugar do autor são consideradas as condutas tidas como proveniente do inimigo, estas, agrupadas enquanto aquelas que buscam a destruição do ordenamento jurídico são genéricas, ou seja, na prática é o Estado quem decidiria quais as condutas que visam destruir seu ordenamento ou não. A guerra ao inimigo, poderia ser, por exemplo, pela manutenção ordem social contra manifestantes que se opusessem, mesmo que de forma pacífica a algo considerado (por qual critério?) atentatório ao ordenamento.

O direito penal do inimigo ao flexibilizar garantias processuais faz com que estas deixem de ser garantias para se tornar aplicáveis em alguns casos (no direito

¹⁵¹ Jakobs exemplifica como atos extremos os atentados de 11 de setembro ocorridos nos Estados Unidos.

¹⁵² JAKOBS, Günther, op. cit. p. 36-37.

¹⁵³ Ibidem. p. 21.

penal do cidadão), controla o âmbito de aplicação destas ao expandir ou restringir o conceito de inimigo, de modo que tal aplicação nunca será total, garantida. A amplitude dessas “garantias” dependerá, na prática, dos responsáveis pelo etiquetamento (cidadão ou inimigo) e, por esta via é formado um novo âmbito de exclusão da cidadania, uma subintegração na seara jurídica (formal).¹⁵⁴

¹⁵⁴ Interessante salientar que Marshall incluiu o direito à justiça no elemento civil da cidadania.

3. DISCURSOS COMPETENTES

No primeiro capítulo se discutiu o papel do discurso, seus princípios e procedimentos na produção de sentidos, de forma a demonstrar o papel da seara discursiva no controle social, ou seja, na manutenção e reprodução da ordem estabelecida.

O segundo capítulo descreveu o lugar do criminalizado na sociedade (hospital, trabalho, cárcere) e a existência de níveis na integração do cidadão, oscilando entre a garantia de direitos sem deveres correspondentes (sobreintegração), passando pela limitação dos direitos através da disciplina, de liberdades fajutas (consumo, tempo livre, reprodução de força de trabalho) e o nível de subintegração, a cujos destinatários só são atribuídos deveres e a submissão aos sistemas de controle social formal (polícia, judiciário, presídios, liberdade provisória, livramento condicional) de modo que podem chegar a se confundir com o criminalizado.

Pela conjugação do dispositivo teórico explanado no primeiro capítulo com o recorte dos objetivos da análise, um dos objetivos do segundo capítulo, serão trabalhados discursos jornalísticos de opinião a respeito de questões de cidadania e de criminalização. Não obstante, antes do trabalho de análise, discorrer-se-á sobre a ideologia da competência enquanto esfera de poder do discurso jornalístico e as limitações impostas a este, uma ordem do discurso.

A ideologia, ao definir o falso, o verdadeiro, o bom, o mal, o certo o errado, o normal, o patológico, etc. o faz através de aparelhos ideológicos tais como a família, a escola, a empresa, o sindicato e assim, legitima a autoridade por trás destas instituições, pai, professor, diretor.¹⁵⁵ Contudo, diante da ascensão do fordismo, e o novo modelo de gerência (científica) a ideologia parece não mais emanar de aparelhos ideológicos e seus agentes sociais. Passa ser consideradas provenientes do próprio mercado, da administração científica, racional.

Este modelo de organização se pauta numa hierarquia entre a gerência, detentora do planejamento, do conhecimento, e os trabalhadores, a quem cabe somente a execução estritamente conforme determinação da gerência. Tal forma de

¹⁵⁵ CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. In: CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. Organizador: André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 54.

organização se espraia na sociedade de modo a constituir a ideologia da competência, a partir da qual, consoante síntese proposta por Marilena Chauí:

O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e tem o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Em uma palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem.¹⁵⁶

Neste separação entre os que sabem daqueles que não detém conhecimento qualificado tudo precisa ser ensinado “cientificamente”. No âmbito discursivo do jornalismo, tomados por esta ideologia, os repórteres indagam aos partícipes e testemunhas do fato noticiado somente sobre os seus sentimentos, o que acharam, se gostaram ou não¹⁵⁷, uma vez que estes são considerados irracionais. A narrativa dos fatos, o julgamento e a ligação deste com o seu contexto, imediato e mediato cabe sempre ao jornalista, pois este detém o conhecimento técnico e científico para tais avaliações, a competência.

Por meio da ideologia da competência, o jornalista pode atribuir quais direitos são pertinentes à cidadania e em qual grau de realização, quem deve ser etiquetado criminoso. Contudo, o discurso jornalístico possui limitações. A ideologia da competência, proveniente da lógica da organização industrial, demanda aquele que discursa o respeito a hierarquia e a lógica do mercado. As relações de controle aos discursos competentes podem ser visualizadas a partir de aspectos de controle e exclusão a formar uma ordem do discurso, na denominação que lhe atribui Michel Foucault.

Nesta ordem, serão analisados os procedimentos externos de exclusão do discurso e alguns de controle interno¹⁵⁸. Dentre os procedimentos externos, a interdição (a palavra proibida) aduz que não se pode dizer tudo a qualquer um, em qualquer lugar.

¹⁵⁶ CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder: uma análise da mídia. In: CHAUÍ, Marilena, op. cit. p. 187.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 123-124.

¹⁵⁸ Em “A ordem do discurso”, Michel Foucault discorre sobre os procedimentos externos de exclusão de discurso (interdição, separação, oposição entre verdadeiro e falso) os procedimentos internos (comentário, autoria e disciplina) e os procedimentos de controle discursivo (sociedade do discurso e doutrina).

O procedimento da interdição pode ser explicado por meio da norma de adequação (um juízo de valor da linguagem) na classificação de Evanildo Bechara. O gramático divide a adequação: i) em relação ao tema (adequado/inadequado), como ocorre em relação a temática da sexualidade, ii) quanto ao destinatário (apropriada/inapropriada) falar da sexualidade pode ser inapropriado para algumas pessoas, e iii) no que tange a circunstância (oportuna/inoportuna) determinadas tratativas devem ser dialogadas em ambientes específicos.¹⁵⁹ Por esses meios ocorre o controle da interdição, que não necessariamente é explícito, mas, por vezes busca subterfúgio no tema, no destinatário ou na circunstância para ditar aquilo que pode ser proferido.

Pelo rigor da exclusão, a interdição pode se tornar vítima dos próprios meios repressivos. Por vezes sua propagação não é inibida, mas apenas é vetado seu modo de expressão inicial, tal como ocorre quando é emitido sinal sonoro pelas emissoras de televisão com fim de evitar a emissão de palavras de baixo calão. Nesta interdição, acaba que aquilo que se buscou excluir ganha mais notoriedade que antes da censura.

O procedimento da palavra segregada é representada pelo louco, cujo discurso oscila entre a palavra nula e a sabedoria ingênua, a sapiência daquele sobre o qual não vigoram as normas sociais. A palavra segregada é desconsiderada, como ocorre, por exemplo, quando se torna motivo de riso, vide os inúmeros casos de vídeos disponíveis na internet cujo conteúdo humorístico é o dizer de alguém cuja palavra é segregada, não é levada a sério.

A vontade de verdade por sua vez, é o procedimento que sustenta todo um sistema de saber-poder, consiste nas mutações científicas e na própria concepção de ciência enquanto meio de encontrar a verdade, acaba por fundamentar e modificar os discursos de forma a englobar a exclusão e segregação por meio de pressão e violência por meio das instituições.

Dentre os procedimentos internos, a exercer autocontrole, se encontra a autoria. Esta não se refere ao indivíduo que pronunciou, escreveu determinado discurso, mas naquele que agrupa, enquanto origem e unidade, permitindo coesão e coerência discursiva. No campo jurídico, o princípio da autoria pode ser vislumbrado na sentença

¹⁵⁹ BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 27.

judicial.

Na sentença, o juiz elabora um relatório no qual discorre sobre os acontecimentos processuais relevantes, contudo não se posiciona a respeito, procura “não aparecer”. É na decisão¹⁶⁰ que o juiz agrupa, cria unidade, se assume enquanto autor da sentença. Neste ponto, imprescindível salientar que a autoria não se confunde com a enunciação de orações na primeira pessoa, mas sim pelo agrupamento do discurso em si, da origem e na unidade discursiva.

Para Foucault, nem todos os discursos possuem autoria, dentre os quais elenca o contrato, que teria apenas signatários, as receitas técnicas, distribuídas no anonimato¹⁶¹. Já para Eni Orlandi a “própria unidade do texto advém do princípio da autoria”¹⁶², uma vez que direciona para o autor a exigência de coerência, respeito as normas e assim o discurso se torna calculável, identificável, controlável.

Outro procedimento interno de controle do discurso, a disciplina, trata da possibilidade de formular propostas novas, da formação do domínio do verdadeiro, fora do qual, sequer é possível exercer controle, ou seja, antes de ser considerado verdadeiro ou falso, um discurso precisa estar no campo do verdadeiro, minimamente dentro da ordem discursiva vigente, de modo que os discursos distantes desta sequer são avaliados em seu conteúdo.

O procedimento da disciplina enquanto campo do verdadeiro é tomado pela televisão, e pelo discurso jornalístico dela proveniente, quando circunscreve a programação na dramatização, no exagerar a importância, a gravidade e o caráter trágico daquilo que exhibe¹⁶³. O verdadeiro se encontra no “grandiloquente”, na expressão de Bourdieu, segundo o qual o discurso televisivo, se constrói dessa maneira, pois:

Com palavras comuns, não se “faz cair o queixo do burguês”, nem do “povo”. É preciso palavras extraordinárias. De fato, paradoxalmente, o mundo da imagem é dominado pelas palavras. A foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler - *legendum* -, isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisa.

164

¹⁶⁰ Para auxiliar na compreensão da questão da autoria na sentença, é importante lembrar que vulgata (o sentido mais comum) de sentença é *sentire*.

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 25-26.

¹⁶² ORLANDI. Análise do Discurso: princípios e procedimentos, op. cit. p. 75.

¹⁶³ BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 25.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 26

Assim, pelo exagero, pelo trágico, a narrativa grandiloquente da televisão insere a sua legenda, direciona para aquilo que acredita, que é preciso ser lido pelo telespectador. Com estas considerações a referenciar o poder da competência discursiva e algumas de suas limitações, serão analisados discursos jornalísticos de opinião relacionados a cidadania e a criminalização, selecionados em pesquisa qualitativa.

3.1 NINGUÉM PRESO AO POSTE

No Jornal do SBT, Raquel Sherazade proferia opinião sobre temas em evidência no noticiário nacional. Neste quadro de comentário havia uma esfera de liberdade maior, ou seja, a jornalista não se resumia a transmitir notícias, assumia a posição de autora ao concentrar, agrupar, e se pôr como origem daquilo que ali é proferido.

A emissora desses discursos, no caso, o Sistema Brasileiro de Televisão, por mais que afirme a liberdade editorial de seu telejornal¹⁶⁵, e por conseguinte dos profissionais que nele atuam, mantém a sua marca em tudo o que ali é proferido, não só pelo fato de transmitir os discursos, mas também pelo nome do telejornal “Jornal do SBT”. Assim, referenda, ainda que parcialmente o quadro e demonstra um controle, como se subliminarmente dissesse: “Você não tem por que temer começar, estamos aqui para mostrar que o discurso está na ordem das leis”¹⁶⁶. Ao intitular o quadro como “Opinião” e destacar o nome da apresentadora deixa-a continuar a voz ao mesmo tempo que investe a jornalista de responsabilidade por aquilo que ali será dito.

Sherazade não é a única a veicular opinião em meio a um programa jornalístico, tem-se como exemplo José Luiz Datena, Luiz Carlos Prates de forma que é possível falar na existência de interdiscurso. Em comum, percebe-se nos programas jornalísticos o uso de vestimentas formais, indicador de pertencimento ao núcleo competente do discurso, de modo a estar distanciado daqueles classificados como incompetentes e da costumeira clientela do Sistema Penal. O fato de Sherazade ser jornalista vem a referendar sua posição em relação aos telespectadores enquanto

¹⁶⁵ SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO. SBT Brasil.

Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/>>. Acesso em: 20 nov. 2014

¹⁶⁶ FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, op. cit. p. 7.

detentora de conhecimento técnico, em transmitir as informações, e conhecimento político em sua capacidade e autoridade em avaliá-los.

3.1.1 “Marginal” ou “justiceiro”?

No dia 04 de fevereiro de 2014, no Jornal do SBT, em quadro denominado “Opinião” Raquel Sherazade se pronunciou “sobre o adolescente vítima de ‘justiceiros’ no Rio” título do quadro apresentado nesta data, quando foi disponibilizado no canal oficial da emissora no sítio Youtube, cujo conteúdo é transcrito abaixo:

“O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que, ao invés de prestar queixa contra seus agressores, ele preferiu fugir, antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro.

No país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissor, a polícia é desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem que, ainda por cima, foi desarmado? Se defender, é claro.

O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E, aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido”¹⁶⁷

Após a leitura da transcrição, é interessante ressaltar um fato que diferencia a jornalista autora do discurso em análise. Esta, diversamente dos exemplos apresentados (Datena, Prates) e da maioria dos jornalistas que possuem quadro de opinião em telejornais, é mulher.

A questão do gênero é importante para a presente análise no sentido que, discursivamente, quando uma mulher apela ou chancela a violência, o senso comum interpela a leitura por meio de um imaginário do gênero feminino enquanto aquele dotado de passividade, maternal, bondoso, do lar. Portanto, neste imaginário, se uma mulher clamou pela violência é por que esta “foi estritamente necessária”, se configura enquanto sua última alternativa, ao contrário, da figura do homem, do qual desde um primeiro momento é esperada autoridade, o invocar da ordem, do castigo. Através de uma mulher um discurso violento, tem mais dificuldade de ser visto como tal, uma vez que, no senso comum, violência não seria uma característica atribuível a este gênero.

¹⁶⁷ JORNALISMO SBT. Rachel fala sobre o adolescente vítima de “justiceiros” no Rio. Disponível em: < <http://youtu.be/unVlpQHLDwE> >. Acesso em: 20 nov. 2014.

No batimento entre o texto e o dispositivo analítico, se destaca no uso da palavra “marginal”, a ocorrência de esquecimento enunciativo, uma vez que a palavra é proferida apenas no sentido daquele que se põe a margem da sociedade organizada, tida como o bem, escolhendo o “marginal” o “desvio” e, por conseguinte o caminho do mal. Em nenhum momento do discurso, a palavra é tratada no sentido de alguém que fora marginalizado, ou seja, excluído pelo sistema civil, político e/ou social-econômico. Percebe-se ainda que o uso da palavra no diminutivo durante o discurso, “marginalzinho”, tende a infantilizar aquele denominado marginal, tirar sua maturidade. A identidade “marginal” não é considerada enquanto construída socialmente, mas como ontológica.

Quando não se refere ao indivíduo no diminutivo, quando o chama de “bandido” é o momento em que clama pelo castigo. Neste momento o indivíduo precisa ser considerado adulto para que expie a sua pena, para que esta seja aplicada sem remorso pelo “cidadão de bem”. A condição de cidadania não é atribuída a todas as pessoas, mas tão somente aqueles que são considerados “de bem” e “inocentes”, ou seja, o oposto daqueles que estariam a margem da sociedade.

O criminoso, ou como é visto neste discurso, aquele que pertence ao lado do mal, deveria, conforme o texto em análise, submeter-se aos sistemas de controle social formal, no caso, comparecer à delegacia. Por meio de referência a instituições, assim como a prisão, sistema de assistência social, hospitais psiquiátricos, casas de correção, tem-se que estas são consideradas como lugar dos desmoralizados, fracos, que não podem tomar conta de si, não emancipáveis, que precisam ser tutelados e corrigidos, disciplinados e excluídos das liberdades civis da cidadania.

O chamado cidadão de bem, ou simplesmente cidadão, não precisa submeter-se as instituições do sistema penal, socorrer-se a elas, uma vez que tem a chancela para agredir aqueles que considerar como pertencentes ao “lado do mal”, aqueles que foram etiquetados criminosos, a despeito da existência ou não de provas neste sentido, uma vez que tais instituições são omissas, desmoralizadas e falhas, segundo discurso em análise.

O jovem em questão fora acusado de roubo e prontamente punido por uma horda de autodenominados justiceiros¹⁶⁸. Estes sacrificaram a dignidade e corpo do

¹⁶⁸ R7. Adolescente suspeito de roubo é espancado e amarrado nu em poste na zona sul do Rio: Jovem diz que foi abordado por um grupo chamado de Justiceiros. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/rio->

jovem acusado em prol da proteção de uma suposta violação à propriedade privada. É possível perceber na ideologia deste discurso que, tão importante para a vida quanto a integridade do corpo e a sua dignidade é a propriedade privada. Ademais, o arquivamento de inquéritos é vislumbrado no sentido de impunidade, não obstante possa ser a consequência da conclusão de inocência do acusado, ou mesmo em função de denúncia do Ministério Público. Contudo, no caso, foi equiparado a descrédito, pois o inquérito penal só teria valor com a condenação do acusado.

Para aqueles que são integrados na cidadania, o discurso em tela atribui o título de “vingadores”, demonstrando o quanto a defesa da propriedade privada está valorada, tanto no discurso da jornalista, quanto atravessado nos agressores do caso que trata o discurso em análise

Compreensível é outro termo usado no discurso ao tratar da conduta violenta dos cidadãos contra aqueles por eles criminalizado, este refere a um esquecimento enunciativo. Para a jornalista significaria, tão somente, uma justificativa que diminui a culpa dos chamados por ela “justiceiros”, algo como se desse um leve tapinha nas costas e dissesse “não foi muito legal, mas eu compreendo” de modo a abrandar a sua culpa. Por outro lado, dentre os leitores reais do discurso com ideologias divergentes, é possível a ocorrência de leitura no sentido de atribuir a autora um assentimento à política de agressão, linchamento.

Além disso, a despeito das referências a estatísticas que a apresentadora fez para demonstrar o quanto a sociedade é violenta, como dados de assassinatos, ela assevera que os “bons” precisam se defender com armas de fogo daqueles que pertencem ao lado do “mal”. Nestas afirmativas, se demonstra prejuízo a coerência interna, ao aspecto do intradiscurso, em prol de uma ideia de antítese entre o bem e o mal. Os bons, além de tudo teriam perdido seu direito de portar armas, ou seja, desconsidera a possibilidade destes virem a matar alguém, uma vez que tal crítica se encontra num mesmo discurso que rechaça o crescimento do número de assassinatos.

Quando a apresentadora se refere aquilo que “Eu chamo de legítima defesa coletiva”, há ocorrência de esquecimento ideológico, pois tal discurso é repetido diuturnamente nos meios de comunicação de massa. Deste, se pode concluir não que

a jornalista realmente acreditasse ser a fonte primeira do conceito ou da defesa desta ideia, mas que é preciso esquecer que este discurso viera de outros lugares, que já fora proferido em ocasiões diversas e repetidamente para assim, ali poder enunciar, centralizar e organizar enquanto autora, de modo a conceder mais credibilidade ao conceito defendido.

Denota-se ainda da análise deste discurso que o rapaz protagonista do fato comentado é chamado de “marginalzinho” ou “bandido”, ou seja, não possui um nome, identidade e assim lhe é tolhida subjetividade, tanto que depois do ocorrido foi tratado como o “Menor preso ao poste” por matéria publicada no sítio da Rede Bandeirantes na internet: “Menor preso a poste é flagrado em novo roubo: O adolescente de 15 anos alvo de justiceiros no mês passado foi detido por policiais militares após roubar um turista em Copacabana”¹⁶⁹.

A falta de identificação do jovem, pode ser justificada por meio da Lei 8.069/1990, Estatuto da criança e do adolescente, no capítulo referente as infrações administrativas:

Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação ou a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do periódico até por dois números. (Expressão declara inconstitucional pela ADIN 869-2).¹⁷⁰

O artigo 247 proíbe a divulgação de nome ou das iniciais de menores de idade a que se atribua ato infracional. Ou seja, ao deixar de nomeá-lo, a divulgação

¹⁶⁹ BAND (Redação Rio / Metro Rio). Menor preso a poste é flagrado em novo roubo: O adolescente de 15 anos alvo de justiceiros no mês passado foi detido por policiais militares após roubar um turista em Copacabana. Disponível em:

<<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rio/noticia/100000665417/Menor-pres-a-poste-e-flagrado-em-novo-roubo.html>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

¹⁷⁰ BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16 jul 1990. Seção 1, p. 13563. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> acesso em 20 nov. 2014.

de ato infracional que o jovem é acusado se torna legalmente possível, como a matéria da Band faz no seu subtítulo.

Situação semelhante pode ser visualizada por meio de matéria publicada no sítio do G1: “Menor preso a poste no Rio diz que agressores ameaçaram matá-lo: adolescente se apresentou espontaneamente a abrigo da Prefeitura. Ele tem três passagens na polícia por roubo e furto.”¹⁷¹ Nesta matéria, o rapaz é nomeado de “Menor preso a poste no Rio” e, segundo leitura possível do título da matéria, apresentou-se “espontaneamente” a um abrigo pois tem passagens pela polícia, ou seja, é meio-culpado. Tal subtítulo pode servir para compensar a culpa pela violação a dignidade do rapaz, uma vez que não se trataria, propriamente de alguém inocente numa lógica matemática de culpas que remete à Foucault, quando discorreu sobre a demonstração da verdade na justiça criminal da época clássica:

A culpa não começava uma vez reunidas todas as provas: peça por peça, ela era constituída por cada um dos elementos que permitiam reconhecer um culpado. Assim, uma meia-prova não deixava inocente o suspeito enquanto não fosse completada: fazia dele um meio-culpado; o indício, apenas leve, de um crime grave, marcava alguém como “um pouco” criminoso. Enfim, a demonstração em matéria penal não obedecia a um sistema dualista; verdadeiro ou falso; mas um princípio de gradação contínua: um grau atingido na demonstração já formava um grau de culpa e implicava consequentemente num grau de punição. O suspeito, enquanto tal, merecia sempre um certo castigo; não se podia ser inocentemente objeto de suspeita. A suspeita implicava, ao mesmo tempo, da parte do juiz um elemento de demonstração, da parte do acusado a prova de uma certa culpa, e da parte da punição uma forma limitada de pena. Um suspeito que continuasse suspeito não estava inocentado por isso, mas era parcialmente punido.¹⁷²

3.1.2 Um comentário sobre a violência

Diante da repercussão do quadro de opinião que fora intitulado “Rachel fala sobre o adolescente vítima de “justiceiros” no Rio”, objeto de análise do item anterior, no dia 06 de fevereiro de 2014, os jornalistas Joseval Peixoto e Raquel Sherazade comentaram o quadro de opinião apresentado dois dias antes.

O comentário, segundo Foucault, é caracterizado por um discurso em que há um desnível entre o texto primeiro (notícia) e o segundo (comentário) em dois papéis: afirmar o que estava articulado na fonte, ao mesmo tempo em que há permissão para

¹⁷¹ G1 Rio. Menor preso a poste no Rio diz que agressores ameaçaram matá-lo: Adolescente se apresentou espontaneamente a abrigo da Prefeitura. Ele tem três passagens na polícia por roubo e furto. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/menor-pres-a-poste-no-rio-diz-que-agressores-ameacaram-mata-lo.html> >. Acesso em 27 nov. 2014.

¹⁷² FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão, op. cit. p. 37-38.

a construção indefinida de novos discursos¹⁷³, no que permitiu o silêncio do primeiro texto. Neste, transcrito:

Joseval Peixoto: Raquel, nós estamos juntos a três anos, a gente te admira, o Brasil já te admira, pelas suas posições firmes. E a gente conhece você, uma mulher cristã, mãe de filho. Você é dura. Mas eu pergunto a você. Vamos ser abertos com este Brasil que nos acompanha. Você é a favor da violência?

Rachel Sheherazade: Joseval Peixoto, absolutamente não. Eu sou uma pessoa do bem. Estou do lado do bem, como diria o Renato Russo, com a luz e com os anjos. Jamais eu defenderia a violência. Eu sou uma ferrenha crítica da violência. Estou todo dia aqui batendo na violência. Eu acho assim, eu defendo as pessoas de bem desse país, as pessoas de bem que foram abandonadas a própria sorte porque não tem polícia, não tem segurança pública. E elas estão desesperadas obviamente. Então o que eu fiz não foi defender a atitude dos justiceiros. Nem precisaria estar explicando isso minhas palavras foram muito claras no meu comentário. O que eu defendi foi o direito da população de se defender quando o Estado é omissivo, quando a polícia não chega. Isso está na lei, todo cidadão tem o direito de prender um meliante em flagrante em delito, o que não se pode fazer é confundir o direito de se defender com a barbárie, a violência pela violência. Isso, jamais, qualquer pessoa de bom senso poderia defender. E essa pessoa não fui eu, eu não defendo a violência. Eu defendo a paz, o bem, e a segurança. Eu acho que todo cidadão tem que ter direito a segurança, é isso que falta nesse país.

Joseval Peixoto: Continue assim

Rachel Sheherazade: Continuarei.

Joseval Peixoto: Agora uma explicação que eu quero dar pro Brasil, sobre a opinião. A minha opinião aqui no jornal é minha opinião, a opinião da Rachel é a opinião da Rachel Sheherazade. Quando há uma opinião da casa é uma praxe jornalística, se faz através de editorial. Agora, o que é um princípio geral pra todos nós é que é absoluta a liberdade de expressão. Porque é o povo que tem direito a notícia e a opinião. Obrigado

Rachel Sheherazade: E nós não abrimos mão desse direito.¹⁷⁴

Joseval Peixoto delimita quem seria o sujeito do discurso objeto do comentário, uma mulher admirada pelo seu colega jornalista que pode atestar tal fato pelo tempo transcorrido junto a esta no trabalho, ela também seria admirada pelo país. Discursivamente constrói-se um arquétipo de quem seria admirável: uma “mulher de bem”, “do lado do bem”, “cristã”, “mãe de filho”, “com a luz e os anjos”, “dura”. O silêncio a respeito permite inferir que a taxativa existência do bem, denota o mal em sua antítese, de forma a apagar a existência de qualquer ambiguidade moral.

O modo como é feita a pergunta à Sheherazade, “Você é a favor da violência?”, ou seja, de forma ampla e genérica, sem discussão sobre o que é

¹⁷³ FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, op. cit. p. 23-24.

¹⁷⁴ SBTPÉDIA. Rachel Sheherazade explica opinião sobre a polêmica do "Adote um Bandido". Disponível em: <<http://youtu.be/o2oH-mrhbSQ>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

violência, quem teria sido violentado e, diante do conceito estrito que a palavra possui no senso comum, violência enquanto ataque ao patrimônio, ao corpo e à sexualidade através de meios físicos, recebe a única resposta possível a uma “pessoa de bem”, a afirmativa de ser contra a violência.

Todavia, a despeito da declaração de repúdio a barbárie, aqueles que prenderam o rapaz ao poste, continuam a ser denominados neste comentário como “justiceiros” e não como marginais, marginaizinhos, bandidos, como “meliante em flagrado em delito”. É repetido (repetição, uma das funções do comentário) que “as pessoas de bem (...) foram abandonadas a própria sorte porque não tem polícia, não tem segurança pública” de onde se incorre ao interdiscurso, ao texto primeiro deste comentário, onde se dizia que a justiça é falha e a polícia desmoralizada.

Se as pessoas de bem não tem segurança ou policiamento, por outro lado se percebe que não há, no texto primeiro ou no seu comentário, texto em análise, alusão a eventuais direitos da vítima dos “justiceiros”, sejam eles direito de expressão, elemento civil da cidadania, ou sociais. Tampouco há referência ao direito de defesa dos eventuais acusados pela agressão.

A respeito da liberdade de expressão, no mesmo discurso em que Peixoto busca atestar uma separação nítida entre opinião e notícia, ou seja, crê que deve haver um método imparcial e objetivo de selecionar aquilo que será noticiado e como serão feitas as narrativas, quem serão os sujeitos desses discursos, mostrou necessária a propositura de um acordo, “Vamos ser abertos com este Brasil que nos acompanha.”, numa busca para afirmar cumplicidade com os telespectadores.

Quanto a independência dos profissionais em relação à emissora, esta será sempre parcial, não só pelo domínio econômico, mas consoante discorrido no item 3.1, a relação de continuidade da voz, da marca da emissora, do programa levar o título desta, dos controles discursivos.

3.2 ENTRE PUNIÇÃO DA DELEGACIA E A LIBERDADE DO AUTOMÓVEL

O telejornal SBT Meio Dia, transmitido pelo SBT Santa Catarina é apresentado por Luiz Carlos Prates, no qual o jornalista possui espaço para fazer comentários¹⁷⁵. Função semelhante a que desempenhava no Jornal do Almoço, da RBS TV, onde fazia

¹⁷⁵ BLOG DO PRATES NO SBT. Disponível em: <<http://pratesnosbt.com.br/about/>> Acesso em: 25 nov. 2014.

comentários, não obstante neste não fosse responsável por apresentar as notícias no telejornal.

Tais quadros televisivos são contemplados pelas observações feitas no item 3.1 relacionados a questão das vestimentas, do distanciamento, da ideologia da competência e da relação existente com a emissora ao transmitir tais discursos e expor ali a sua marca, no seu telejornal.

3.2.1 Na minha delegacia

No dia 24 de setembro de 2013 para o comentário apresentado no telejornal SBT Meio Dia por Prates foi utilizada como pauta uma notícia veiculada pelo Correio Lageano, intitulada “Abrigo vai amparar vítimas de violência”:

Devido aos índices de violência contra a mulher em Lages, que colocam o município em rankings negativos, foi construída, com recursos federais na ordem de R\$ 240 mil, a Casa de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica, em endereço mantido em sigilo por questões de segurança.

O local deverá estar totalmente equipado até o final de novembro deste ano. A Delegacia da Mulher se incumbirá de tomar a providência de afastar a mãe e os filhos do parceiro agressor e encaminhá-los ao abrigo.

Segundo o secretário de Assistência Social, José Amarildo, a residência conta com cerca de 240 metros quadrados e está sendo montada com mobiliários, eletrodomésticos, utensílios, artigos de cama, mesa e banho. “Tudo que a mãe e os filhos precisarem estará disponível: beliches, máquina de lavar roupas, jogo de sofá, pijamas, toalhas, roupas, alimentação”, completa o secretário.¹⁷⁶

O discurso do jornalista se caracteriza portanto enquanto comentário no sentido foucaultiano, discurso que se refere a um outro, para repeti-lo e expandir o primeiro, no caso, a notícia do Correio Lageano. O comentário intitulado “Caíam na minha delegacia, covardes!”, transcrito, afirmava:

Mas tu não te cansas? me dizem, me perguntam. Não, não me canso. As notícias vão e voltam, mas eu também vou e volto. Esta aqui eu peguei do Correio Lageano, podia ter pegado do The New York Times, mesma coisa: “Abrigo vai amparar vítimas de violência”, que vítimas? Devido aos índices de violência contra a mulher, que são crescentes em Lages, como de resto, em todo Brasil, foi construída uma casa de apoio a mulher vítima da violência. O endereço desta casa todavia, é mantido em sigilo por questões de segurança. Negativo. Construa a casa, coloque na parede de fora a cara dos vagabundos, bateu na mulher, matou a mulher. Estes caras tem de ser buscados, debaixo da cama, porque são covardes. Estes caras tem de ser justificados, justificado não é ser levado para um tribunal, é muito mais do que isso.

¹⁷⁶ CORREIO LAGEANO. Abrigo vai amparar vítimas de violência. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/61985/abrigo-vai-amparar-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Porque não é aceitável. Machinho, ô eu sou lageano machinho. Ah, tu é machinho vagabundo? Então vem pra minha delegacia que eu quero testar a tua macheza. Como de resto os vagabundos de Florianópolis, de São Paulo, de Porto Alegre, do Brasil inteiro. Não acontece nada. Aí o cara vai pra julgamento, quando vai, quando mata a mulher, quando chega a esse ponto, pega meia dúzia de anos, fica alguns meses na cadeia, quando na verdade, tinha que pegar no mínimo, 30 anos. Mas crime contra a mulher não é duramente punido nos tribunais. A lei Maria da Penha não funcionou, nunca houve tantos crimes no Brasil como agora, com a lei Maria da Penha endurecida, retocada, reformada, não adianta. Com vagabundo que bate em mulher, na minha delegacia eu curo em poucos minutos. Seja de onde for, seja de onde for. Ouviram bem lageanos covardes que batem em mulher. Eu peguei isso aqui no Correio Lageano. Caiam na minha delegacia patifes, covardes desgraçados.¹⁷⁷

Neste discurso a questão da autoria é demarcada logo num primeiro momento, quando autor concentra aquilo que neste espaço é dito com o questionamento físico e psicológico de cansaço que lhe acometeria em relação aos fatos que vivencia em notícias e comentários que apresenta diariamente expressado através da frase e sequência “Mas tu não te cansas? (...) As notícias vão e voltam, mas eu também vou e volto”.

Ademais, visualiza-se um tom grandiloquente durante a narrativa de modo a destacar a importância deste discurso, como Bourdieu afirmou ser prática do meio televisivo, situação que pode ser exemplificada pelo momento que se posiciona enquanto sujeito dotado de autoridade sobre os destinatários diretos do comentário: “Ouviram bem lageanos covardes que batem em mulher”. Afirmação também denotativa de sua autoria discursiva.

A questão da autoridade pode ser vislumbrada ainda quanto ao tipo de discurso que é proferido. Neste comentário é dito que “O endereço desta casa todavia, é mantido em sigilo por questões de segurança.” ao mencionar a notícia, o texto primeiro. Não obstante, ao invés de enunciar a discordância do fato noticiado, é feita referência ao texto do Correio Lageano para, em seguida desautorizar não só a notícia mas aqueles que concordam ou defendem o critério do jornal: “Negativo”. Desta forma, pelo discurso autoritário reforça a própria autoridade discursiva.

Quanto ao tratamento dispensado aos agressores, mais do que a reprovação de alguém que cometeu agressão física e/ou psicológica, o autor infantiliza os agressores, como ocorre através da expressão “machinho” (diminutivo) ou ao afirmar que tais pessoas deveriam ser buscadas “debaixo da cama”, atitude cujo imaginário

¹⁷⁷ SBT Santa Catarina. Caiam na minha delegacia, covardes! (24/09/2013) - Comentário de Luiz Carlos Prates. Disponível em: <<http://youtu.be/WKg1bX0kDDE>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

infez a crianças assustadas. Ocorre assim a criação de um distanciamento entre os acusados, imaturos, irresponsáveis diante das outras pessoas, pauta uma imagem inata de agressor, e não o ato da agressão em si.

Durante o discurso, o jornalista afirma que “Estes caras tem de ser justificados, justificado não é ser levado para um tribunal, é muito mais do que isso”. Todavia, não há explicação do que seria “mais do que isso” qual o sentido que atribui a ser justificado. O silêncio, neste caso, permite que o sentido seja completado por aquilo que é socialmente atribuídos ao significado de justificado, pela história. É possível indagar se o destino destes seria semelhante aquele que acometera Damiens?¹⁷⁸

Se o silêncio possibilita a abertura de espaço para que cada espectador complete o sentido daquilo que não fora expressamente proferido, pode denotar inclusive um esquecimento enunciativo, uma vez que se o sentido é considerado uno e óbvio não necessita de explicação, silêncio que remete ao provérbio “para bom entendedor meia palavra basta”¹⁷⁹. Não obstante, o âmbito do intradiscurso permite traçar possível sentido de justificação nesta fala por meio das passagens: “Ah, tu é machinho vagabundo? Então vem pra minha delegacia que eu quero testar a tua macheza” e “na minha delegacia eu curo em poucos minutos”.

Na seara do silêncio, interessante perceber ainda, que o autor do discurso, figura de autoridade, um “delegado” (simbólico), um comentarista, possui direito a expressar-se. Os agressores, infantilizados e, ao mesmo tempo, considerados adultos para as punições prolatadas no discurso, não tiveram lugar no comentário ou na matéria do Correio Lageano, foram objeto destes, o texto primeiro e do comentário, e destinatários deste último, como ocorre em “Machinho, ô eu sou lageano machinho” ou “Então vem pra minha delegacia...”.

As mulheres, vítimas da violência são silenciadas no comentário, não há referência a sua voz ou a elas diretamente, inclusive, o abrigo construído para acolher-las é citado não para elas, mas com fim de defender a publicidade da identidade daqueles que as agrediram, nas paredes desta casa. A voz das mulheres, suas histórias são silenciadas, não há referência a elas, como se não fossem cidadãs,

¹⁷⁸ Em Vigiar e Punir, Foucault inicia seu discurso através do relato da condenação de Damiens. Este, condenado por parricídio foi queimado, teve seu corpo desmembrado.

¹⁷⁹ A remissão ao provérbio se torna mais interessante quando relacionamos este tipo de conhecimento com o da análise do discurso, ou seja, uma semelhança entre um conhecimento formal, objeto de pesquisas universitárias com um conhecimento popular, em antítese ao que busca apontar a ideologia da competência, a distância entre estes conhecimentos.

apenas objetos.

Num mesmo discurso que afirma uma passividade do sistema formal de justiça, pois, nos julgamentos “não acontece nada”, é possível inferir que na delegacia (simbólica), em poucos minutos haveria a “cura”. Contudo, diante desse tempo, insuficiente para a concretização de procedimentos burocráticos (especialmente na questão discursiva perante o imaginário da lentidão dos serviços públicos) e face ao histórico de violência que acometeu e acomete muitos acusados em delegacias do país, interpretação que emerge é da aplicação de violência física contra os acusados, com fim de “curá-los” da violência que supostamente teriam praticado contra suas vítimas.

O aspecto de congruência (coerência interna) do texto é prejudicada ainda em prol da defesa de um “justiçamento”, uma vez que o discurso, ao mesmo tempo que desacredita a resolução de tais conflitos ao judiciário: “Não acontece nada. Aí o cara vai pra julgamento, quando vai, (...) fica alguns meses na cadeia” defende o aumento da rigidez “tinha que pegar no mínimo, 30 anos” para algo que julga não funcionar: “A Lei Maria da Penha não funcionou, nunca houve tantos crimes no Brasil como agora, com a Lei Maria da Penha endurecida, retocada, reformada, não adianta.” Ou seja, caso seja atendido, com o aumento da rigidez das penas, este ainda não resolveria o problema da violência contra a mulher, segundo o próprio autor, restando apenas a alternativa do “justiçamento”, a almejada cura na delegacia.

3.2.2 Miseráveis motoristas miseráveis

No dia 15 de novembro de 2010, no Jornal do Almoço transmitido pela RBS TV, Luiz Carlos Prates foi interpelado para que comentasse a respeito do grande número de mortes registradas no trânsito. Tal comentário foi intitulado “Prates: as pessoas saem de casa desatinadas com uma pressa que não se justifica” pela emissora ao disponibilizá-lo na internet, transcrito abaixo:

Mario Mota: 11 mortos nesse feriadão, 20 no último finados. É uma guerra civil, declarada. Luiz Carlos Prates, um simples passeio pode acabar, pode terminar numa tragédia que atinge toda família e muitas vezes por imprudência, imperícia no volante. Eu gostaria que você nos falasse um pouco sobre isso, Prates.

Luiz Carlos Prates: É só isso Mario Mota, é só isso. As pessoas saem, absolutamente desatinadas por uma pressa que não se justifica por nenhuma razão. Eu andei ontem na BR-101. Nunca a tinha visto com tanto movimento, nem em dias

de semana, ontem era metade de um feriadão, quem tinha que ter saído já tinha saído e ainda era muito cedo pra voltar pra casa. Mas o que é isso? Antes de mais nada a popularização do automóvel. Hoje, qualquer miserável tem um carro. O sujeito jamais lê um livro, mora apertado numa gaiola que hoje chamam de apartamento, não tem nenhuma qualidade de vida, mas tem um carro na garagem. E este camarada, casado, como não suporta a mulher, nem a mulher suporta ele, saí, vão pra estrada, vão se distrair, vão divertir. E aí, inconscientemente o cara quer compensar a suas frustrações, com excesso de velocidade. Tem cabimento um camarada não vencer a curva? Como se curva fosse feita para vencer. Quando o camarada morre sozinho, problema dele. Mas e quando mata um inocente? Ontem havia um acidente na estrada, no trecho norte da BR-101. Eu vinha para Florianópolis, era do outro lado. Os caras paravam, do lado que eu vinha e atravessavam à pé pra ver o que tinha acontecido, com um movimento absolutamente incomum. Se um desgraçado desses é atropelado, e essa é a palavra. Se um desgraçado desses é atropelado e feito sanduíche na pista o que é que vão dizer: este trânsito insano. Insano é o cara que para o carro, atravessa a BR pra ver o que aconteceu com a outra pessoa. Então é isso. Estultícia, falta de respeito, frustração, casais que não se toleram. Popularização do automóvel, resultado desse governo espúrio que popularizou pelo crédito fácil o carro para quem nunca tinha lido um livro. É isso.¹⁸⁰

Neste discurso, a questão da violência no trânsito é pautada a partir da popularização do automóvel, esta considerada como causa primeira de acidentes e mortes ocorridos nas estradas. *A priori*, na leitura, se poderia atribuir a questão da popularização a seu aspecto quantitativo, ou seja, um excesso de automóveis diante da capacidade das estradas teria elevado o número de acidentes no trânsito. Contudo, a partir da expressão utilizada, “qualquer miserável tem um carro”, a leitura se restringe em relacionar a popularização em sua dimensão qualitativa, os “miseráveis” no trânsito.

A imagem deste miserável é explicitada na ideologia do discurso em análise tomando-o enquanto uma pessoa incompetente na tarefa da direção, pois seria instável emocionalmente em virtude de problemas conjugais, da necessidade de extravasar frustrações. A capacidade para dirigir bem é relacionada ainda a educação formal, pois o irresponsável no trânsito nunca teria lido um livro.

Em relação a educação para o trânsito, direito de todos¹⁸¹, esta foi reduzida no discurso à seara da leitura, ou da educação formal, infere-se do texto a necessidade de ser leitor para bem manusear um veículo, daí é possível vislumbrar um aspecto excludente dessa concepção de motorista responsável, uma vez que,

¹⁸⁰ RBS TV SC. Prates: as pessoas saem de casa desatinadas com uma pressa que não se justifica. Disponível em:

<<http://mediacenter.clicrbs.com.br/templates/player.aspx?uf=1&contentID=149749&channel=47>>.

Acesso em 20 nov. 2014.

¹⁸¹ O art. 74 da Lei n. 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, apregoa o direito de todos à educação para o trânsito, tratado no Capítulo VI da referida norma.

consoante atesta Andrade:

somente as campanhas populares, que têm seu acesso democratizado à população, têm o poder de compensar a seletividade imposta pela educação formal, da qual estão excluídos os setores já escolarizados, seja pela faixa etária (como os idosos) ou outros fatores e a totalidade, que é significativa, dos setores não escolarizados (analfabetos, crianças pobres, etc.)¹⁸²

A imagem do miserável é contemplada ainda àquele incapaz de eleger prioridades econômicas favorecendo o automóvel, em dissonância as prioridades que foram eleitas pelo competente sujeito do discurso, livros, moradia ampla, qualidade de vida. Diante do silêncio no discurso em especificar o que seria qualidade de vida, a leitura permite a remissão aos itens anteriores da gradação, moradia e leitura, de modo a reforçar o valor destes em detrimento daquelas supostamente eleitas pelos motoristas criticados.

Diante da incompetência nas prioridades econômicas por parte dos “miseráveis”, a liberdade para contratar (compra de veículo) deveria ser restringida pois, criticável a popularização do automóvel “pelo crédito fácil um carro para quem nunca tinha lido um livro”, tal restrição seria para o próprio bem das pessoas, pela aquisição de bens que lhes seriam melhores, por mais tranquilidade sentimental, pelo impedimento de extravasar frustrações com velocidade, na prescrição do autor do discurso.

Ademais, a falta de leitura é relacionada a pobreza econômica, ou seja, os “miseráveis” nunca foram leitores e, portanto os leitores não são miseráveis. Daí é possível averiguar, de forma implícita uma ideologia da meritocracia em meio ao discurso. O automóvel é vislumbrado como objeto que permite sair, pegar a estrada, se distrair, é sinônimo de liberdade, no caso, obtida pelo consumo, ao adquirir o veículo. Tal esfera de liberdade deve ser concedida apenas aqueles que foram integrados no mercado de trabalho a ponto de não depender da popularização de um “crédito fácil”.

A questão do trânsito se insere no direito de ir e vir, parte dos direitos civis da cidadania. Tal direito não se restringe ao automóvel (estradas, pedágios, rodízio, IPVA), meio privado, mas abrange as políticas públicas de transporte. Todavia, ao

¹⁸² ANDRADE. Sistema penal e cidadania no trânsito: da promessa de segurança à eficácia invertida do Código de Trânsito brasileiro. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: Códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 160.

tratar dos acidentes no trânsito há silêncio em relação a seara pública, o que pode dar lugar a duas leituras, o consenso pela sua importância, portanto desnecessário o dizer neste sentido, ou a uma prioridade ao aspecto privado do transporte.

O modo como o discurso é proferido, de forma autoritária diante das certezas, da falta de ambiguidade moral, pela construção de estereótipo do miserável e o modo como o discurso termina, com pretensão de exaurir o tema pela expressão “é isso”, favorece a leitura no sentido que o problema seria privado destes condutores de veículos, reunidos em torno da figura do miserável.

O aspecto individual é vislumbrado ainda por meio da afirmação “Quando o camarada morre sozinho, problema dele. Mas e quando mata um inocente?” ou seja, a leitura do autor do discurso é realizada através do isolamento de casos, de acidentes, de modo a formar uma relação de causa e consequência para cada acidente, assim, desfavorece uma leitura estrutural em prol da individual.

Ademais, importante salientar a presença da questão de gênero no texto, uma vez que o motorista objeto do comentário, é apresentado como aquele que manuseia máquinas, e que pode apresentar atitudes violentas é “o camarada”, o homem “apertado numa gaiola”, não é dito motoristas em geral, mas bem delimitado gênero masculino.

Dos trabalhos de análise efetuados, dispostos nos itens 3.1, 3.2 em seus subitens, se conclui que os discursos proferidos não são propriamente livres e espontâneos, mas condicionados pela ideologia, pelas condições de produção, pela história, por outras vozes que vieram antes destas, são sujeitos a controles e interdições.

Percebe-se maniqueísmo nestes discursos naquilo que buscaram analisar, tal como em relação aos “justiceiros” e o rapaz que supostamente cometeu ato infracional, por meio do distanciamento entre os comentaristas daqueles passíveis de crítica, e uma aproximação, ainda que tímida do outro, como no uso da palavra “compreensível”, ocorre ainda o apagamento da subjetividade de uns, como do garoto preso ao poste, e o reforço da própria subjetividade discursiva, por exemplo, através das expressões “minha delegacia”, “eu sou uma pessoa do bem”.

Tais discursos se mostram ainda pouco propensos àquilo que Eni Orlandi denominou discurso polêmico, se aproximando do discurso autoritário, pelo distanciamento discursivo, pela posição de autoridade do sujeito do discurso (pessoa

de bem, delegado), pelo modo que se antecipa eventual contestação de suas opiniões, como em “e, aos defensores dos Direitos Humanos (...) adote um bandido”, “é isso” a encerrar uma suposta discussão sobre o tema.

Desta forma, enquanto discursos do tipo autoritário, não estão propensos a uma abertura para um debate público, mas a sua repetição seja para sua assimilação ou recusa. Há formação de uma sociedade de discurso e uma doutrina no sentido foucaultiano. Por meio da sociedade de discurso há qualificação de algumas pessoas que falam, nesta, palavra e escuta não são cambiáveis. Ao mesmo tempo, tais discursos se propagam enquanto doutrina a ser difundida, partilhada.¹⁸³

¹⁸³ FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, op. cit. p. 37-42.

CONCLUSÃO

O *labelling approach* não nega que ocorram atos que ofendam a integridade corporal ou a saúde de outrem¹⁸⁴, que sejam introduzidos ou deixados animais em propriedade alheia¹⁸⁵, que exista comércio de objetos obscenos¹⁸⁶ dentre outras condutas definidas como crime.

O que o paradigma da reação social apregoa é que a união dessas condutas na categoria crime ocorre por uma escolha social (ainda que desigual), através de um processo legislativo de modo a tipificá-las em leis penais. Ademais, considerando a existência de 1.688 tipos penais em vigor no Brasil¹⁸⁷, conforme banco de dados do Ministério da Justiça, e da população de mais de 134 milhões de pessoas maiores de 18 anos¹⁸⁸ no país, segundo Censo de 2010, o *labelling* expõe a ocorrência de uma seleção de quais dessas condutas serão efetivamente criminalizadas e quais dessas pessoas serão monitoradas pelo sistemas de controle formal, uma vez que é impossível o controle de todas as condutas e pessoas¹⁸⁹.

O *labelling* considera ainda que é a reação social a imputar a etiqueta de criminoso. Se ocorre coincidência entre aqueles condenados ou indiciado pelo sistema de justiça com a identificação de criminosos, pode acontecer de pessoas sequer indiciadas serem assim etiquetadas pela população e/ou por sistemas de controle social informal (mídia, igreja, escola, sindicatos) e, por outro lado, de pessoas que foram condenados pelo sistema penal serem vistas como injustiçadas, heroicas.

Por meio dessas esferas de atuação socialmente construídas é escolhido o que vigiar, quem vigiar, quem etiquetar. Através desses filtros de seleção, classificação, o que ocorre é um processo de criminalização de uns em detrimento de

¹⁸⁴ Lesão corporal. Tipificado no art. 129 do Código Penal, Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

¹⁸⁵ Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia. Tipificado no art. 164 do Código Penal, Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

¹⁸⁶ Escrito ou objeto obsceno. Tipificado no art. 234 do Código Penal, Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

¹⁸⁷ SISPENAS. Disponível em: <<http://sispenas.mj.gov.br/sispenas/login.php/tipo/list>>. Acesso em 20 nov. de 2014.

¹⁸⁸ IBGE. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

¹⁸⁹ Nem todos os crimes podem ser praticados por todas as pessoas. O Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento, por exemplo, tipificado no art. 124 do Código Penal só pode ter como autora a gestante. Não obstante, os números apresentados dão uma dimensão do nível de controle necessário para se apurar as condutas delituosas possíveis neste universo de pessoas.

outros. Assim o *labelling approach* deslocou a discussão da questão “quem é o criminoso” para “quem é selecionado enquanto tal”, ao problematizar a atribuição “criminoso” enquanto um processo de etiquetamento. Não sendo tais condutas mais passíveis de serem consideradas naturais, provenientes de entidade superior ou se uma razão sem preferências, sem ideologia, denota-se uma ampliação da necessidade discussão à respeito das políticas criminais.

Em tal debate se percebe que além dos sistemas de controle formais, os sistemas de justiça, existem os informais, que tomam partido e influenciam nesses processos, tal como as igrejas, as escolas, a mídia, as pessoas consideradas qualificadas. Esta discussão ocorre por meio de discursos.

Tais discursos, quando se apresentam de forma lúcida podem culminar na aceitação de qualquer leitura como igualmente válida, sem necessidade de fundamentação. Essa postura discursiva é problemática, uma vez que não fomenta uma discussão que possibilite um avanço, tal como vislumbramos que ocorre na superação dialética hegeliana.

Na leitura efetuada de Leandro Konder, a superação dialética hegeliana é concebida a partir da palavra alemã *aufheben*, verbo que significa suspender, em três sentidos simultaneamente: negação (suspender um evento), erguer (para preservar algo) e no sentido de elevar (subir o nível)¹⁹⁰, esta suspensão fica mais clara por meio de exemplo por meio da fabricação de pão: “o trigo é triturado, transformado em pasta, porém não desaparece de todo, passa a fazer parte do pão, que vai ao forno e - depois de assado - se torna humanamente comestível.”¹⁹¹

Através da *aufheben*, da remissão às fontes daquilo que se busca afirmar, suas ligações (no modo como defendido por Jacotot) e com a ocorrência de intercâmbio entre palavra e a escuta, estaremos diante da nossa concepção de discurso polêmico.

Por sua vez, uma postura discursiva autoritária também se mostra prejudicial a discussão, uma vez que ocorre a vinculação a poucas ou mesmo a uma única leitura possível, por vezes considerada o sentido literal. Acontece ainda a delimitação entre aquele que é competente a falar daquele que só tem a aprender, não tem como se doar.

¹⁹⁰ KONDER, Leandro. O que é a Dialética. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 26.

¹⁹¹ Ibidem. p. 27.

Contudo, não obstante a postura discursiva adotada, lúcida, polêmica ou autoritária, a linguagem não significa *per se*, ela é incompleta. Os sentidos são criados através dela, das condições de produção do discurso, por meio da história, da ideologia. Os discursos dependem de outros, anteriores, para produzir sentidos, dependem ainda de coerência interna. O discurso pode se configurar enquanto acontecimento ao delimitar o âmbito de discussão a respeito de determinado tema por meio de palavras ou expressões que apagam a possibilidade de enunciação fora de seus parâmetros, tal como exemplificado através da expressão *on a ganê*. Além disso, o silêncio não pode ser tido como uma ausência, ele significa, de múltiplas formas, como ocorre na censura, no consenso (não é preciso dizer).

O estudo do discurso permite afirmar que este se comporta como esfera de controle social, uma vez que, o sujeito, sem o total controle daquilo que enuncia, veicula sentidos construídos na história, nas ideologias, por vezes a despeito das suas intenções ou preferências. A análise do discurso permite ainda a emergência de novos gestos de leitura, ao levar conceitos discursivos em consideração, e o trabalho analítico de textos (materialidades) relacionados a um determinado tema que se busca discutir.

Deste modo, ultrapassou-se os limites do *labelling approach*, em apontar a existência de uma seleção na criminalização, em busca de uma compreensão do funcionamento dos seus filtros, ou seja, uma concepção crítica de criminologia. Nesta, se vislumbrou a existência de relação entre a estrutura social e a(s) forma(s) de punição. Daí emergiu um poder disciplinar que encontrou lugar nas casas de correição e nas penitenciárias.

Todavia, nem todo exercício de poder pode ser considerado negativo, tal como Túlio Vianna exemplifica através da imagem da mãe que ensina o filho a escovar os dentes todos os dias¹⁹². Por outro lado, se o poder disciplinar punitivo busca forjar um modelo ideal de cidadão, se torna nocivo, como quando força uma moral particular de trabalhador, comportado, que se adeque as mudanças estruturais da sociedade (como ocorreu na transição da liberdade do campo à disciplina das fábricas).

Tal âmbito disciplinar extravasa a esfera de punição se levarmos em conta o controle efetivado através de um modelo de trabalho que exaure as forças das

¹⁹² TULIO VIANNA. Túlio Vianna fala sobre o garantismo penal no II Seminário Internacional de Ciências Criminais do RJ. Disponível em: <<http://youtu.be/LQObUIM6FUE>>. Acesso em 20 nov. 2014.

peessoas, de modo que, fora deste precisam relaxar através de liberdades fajutas, como através do consumo de bens, não pelas suas funcionalidades, mas pelo sinal de status, de um imaginário sentimental reunido em torno da aquisição, de modo a realizar sua liberdade por meio do consumo. Ademais, esse tempo fora do trabalho acaba por ser ocupado não só para recuperar as energias para o trabalho mas para se adequar a este, como a imagem e a disposição do funcionário (exercícios físicos, massagens). Assim, mesmo o tempo que seria livre é consumido por uma recuperação para o trabalho ou atividades que imitam a seara profissional, como em algumas práticas esportivas, por meio de sua organização, metas, etc.

Os direitos da cidadania, por sua vez, integralizam as pessoas na sociedade em diferentes graus, daqueles sobreintegrados nos direitos e subintegrados nos deveres, culminando aqueles que só possuem deveres. Estes últimos chegam a se confundir ao cidadão etiquetado criminoso, uma separação nebulosa tal qual aquela defendida por Jakobs entre o cidadão a ser penalizado e o inimigo.

A punição atinge um patamar de biopoder ao contingenciar um excesso populacional por meio de técnicas atuariais, este atua não mais sobre o corpo dos cidadãos (a serem forçados) mas sobre a população. Relação de poder semelhante a exercida pelo formador de opinião, estes se encontram numa posição de competência pelo lugar que ocupam (televisão) e pela sua categorização enquanto profissionais liberais detentores de um saber (jornalistas) numa esfera de influência ampla, de uma população.

Através da análise de alguns discursos de opinião buscou-se demonstrar essas relações de disciplinamento dos criminalizados e do cidadão subintegrado através do dispositivo analítico, formado a partir do referencial teórico da análise do discurso com o recorte do tema (criminalização e cidadania). Daí foi possível averiguar a antítese entre o cidadão integrado com o criminalizado e algumas semelhanças deste último com os cidadãos subintegrados na sociedade de modo que se percorre do cidadão integral ao criminalizado uma diferenciação quantitativa (menos direitos) à uma qualitativa, uma nova etiqueta (criminoso).

O trabalho de análise assemelha-se aquele do leitor, como fora caracterizado na obra Esaú e Jacó, de Machado de Assis: “O leitor atento, verdadeiramente ruminante, tem quatro estômagos no cérebro, e por eles faz passar e repassar os atos

e os fatos, até que deduz a verdade, que estava, ou parecia estar escondida.”¹⁹³

Daí é possível inferir que a exposição de conceitos teóricos da análise do discurso e exercício de análise de materialidades discursivas fomentam novos gestos de leitura e, por conseguinte à crítica, não só à mídia, mas a qualquer discurso, o que constitui uma contribuição, ainda que pequena à liberdade de expressão ao considerar as leituras múltiplas, e a palavra e escuta enquanto categorias intercambiáveis, através de uma concepção polêmica de discurso.

¹⁹³ ASSIS, Machado. Esaú e Jacó. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2014. p. 61.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Introdução a sociologia*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. *Tempo Livre*. Tradução: Maria Helena Ruschel. In: ALMEIDA, Jorge M. B. *Industria Cultural e Sociedade*. 5. ed. Tradução: Juba Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 62-70.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (Notas para uma investigação) In: Žižek, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Ilusão de segurança jurídica: do controle da violência a violência do controle penal*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. *Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.

_____. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2012.

_____. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Seqüência: estudos jurídicos e políticos*. Florianópolis. v. 16, n. 30. p. 24-36, 1995.

_____. *Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: Códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARRUDA, Roldão. *Associação propõe suspender voto de quem recebe Bolsa Família*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/associacao-propoe-suspender-voto-de-quem-recebe-bolsa-familia>>. Acesso em: 20 de nov. 2014.

ASSIS, Machado. *Esaú e Jacó*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2014.

AZEVEDO, Reinaldo. *Congresso reage e dá prazo para Dilma revogar decreto bolivariano: ou retira ou será derrubado por Decreto Legislativo*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/congresso-reage-e-da-prazo-para-dilma-revogar-decreto-bolivariano-ou-retira-ou-sera-derrubado-por-decreto-legislativo/>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

BALZA, Guilherme. *Deputado defende que beneficiário do Bolsa Família seja proibido de votar*. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/29/deputado-defende-que-beneficiario-do-bolsa-familia-seja-proibido-de-votar.htm>> Acesso em: 20 de nov. 2014.

BAND (Redação Rio / Metro Rio). *Menor preso a poste é flagrado em novo roubo: O adolescente de 15 anos alvo de justiceiros no mês passado foi detido por policiais*

militares após roubar um turista em Copacabana. Disponível em: < <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rio/noticia/100000665417/Menor-pres-a-poste-e-fla-grado-em-novo-roubo.html>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. *Decreto n. 8.243/2014, de 23 de maio de 2014*. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 mai 2014. Seção 1, p. 6. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Diário Oficial da União. 31 dez. 1940. Seção 1, p. 23911. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 20 nov. 2014.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997*. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 set. 1997. Seção 1, p. 21201. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm>. Acesso em 20 nov. 2014.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRUM, Eliane. *Onde está Amarildo?* - Época. Disponível em:< <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-ba-marildob.html> >. Acesso em: 30 de out. 2014.

CARTA CAPITAL. *Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992.html>> Acesso em 20 de nov. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Thiago Fabres de. *Criminologia, (in)visibilidade, reconhecimento*: O controle pena da subsidiária no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. Organizador: André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

COELHO, Ligia Martha C. *Cidadania/Emancipação*. Revista. TB, Rio de Janeiro, v.100, p. 9-30. Jan/mar. 1990.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia & Racismo*: Introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 12. ed. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ESTADO DE S. PAULO. *O decreto e a realidade*. Disponível em: <<http://opinioao.estadodao.com.br/noticias/geral,o-decreto-e-a-realidade-imp-,1515176>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. *'Recebe Bolsa Família? Sem direito a voto'*. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/recebe-bolsa-familia-sem-direito-a-voto>>. Acesso em: 20 de nov. 2014.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *A ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 20. ed. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

G1 Rio. *Menor preso a poste no Rio diz que agressores ameaçaram matá-lo*: Adolescente se apresentou espontaneamente a abrigo da Prefeitura. Ele tem três passagens na polícia por roubo e furto. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/menor-pres-a-poste-no-rio-diz-que-agressores-ameacaram-mata-lo.html>>. Acesso em 27 nov. 2014.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do Discurso*: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

GIORGI, Alessandro de. *A miséria governada através do sistema penal*. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. *Saussuriano*: Língua, Linguagem, Discurso. Disponível em:< http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 30 de out. 2014.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas*: O sistema penal em questão. Tradução: Maria Lúcia Karam. Niterói: Luam, 1997.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito Penal no inimigo: noções e críticas*. Tradução: André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

JORNALISMO SBT. *Rachel fala sobre o adolescente vítima de "justiceiros" no Rio*. Disponível em: <<http://youtu.be/unVlpQHLDwE>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

KONDER, Leandro. *O que é a Dialética*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8. ed. Tradução: Norberto De Paula Lima. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Marcela. *Dois dias depois da eleição, Câmara derruba decreto bolivariano de Dilma*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dois-dias-depois-da-eleicao-camara-derruba-decreto-bolivariano-de-dilma>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

MELOSSI, Dário; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*. 2. ed. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MOURA, Aline Beltrame. *Da cidadania "clássica" à cidadania "global": nacional versus supranacional*. Revista Jurídica - CCJ/FURB, Blumenau, v. 13, n. 25, p. 45-65, jan./jul. 2009.

NOBRE, Marcos. *Modelos de Teoria Crítica*. In: NOBRE, Marcos(org). Curso Livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus, 2008.

OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua criminologia*. Tradução: Francisco Eduardo Pizzolante, Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Discurso & leitura*. 5. ed. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

_____. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, SP: Pontes. 2004.

_____. *Língua e Conhecimento Linguístico*: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *O Discurso*: estrutura ou acontecimento. 2 ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e discurso*: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Unicamp. 1998.

PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. 3. Ed. Tradução: Moacir Renato De Amorim. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

R7. *Adolescente suspeito de roubo é espancado e amarrado nu em poste na zona sul do Rio*: Jovem diz que foi abordado por um grupo chamado de Justiceiros. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/adolescente-suspeito-de-roubo-e-espancado-e-amarrado-nu-em-poste-na-zona-sul-do-rio-03022014>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante* - cinco lições sobre a emancipação Intelectual. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RBS TV SC. *Prates*: as pessoas saem de casa desatinadas com uma pressa que não se justifica. Disponível em: <<http://mediacenter.clicrbs.com.br/templates/player.aspx?uf=1&contentID=149749&channel=47>>. Acesso em 20 nov. 2014.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2 ed. Tradução: Gizlene Neder. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 27. ed. Organização: Charles Bally, Albert Sechehaye. Tradução: Antonio Chelini. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia Radical*. 2 ed. Curitiba: ICPC: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. *Direito Penal*: Parte Geral. 3 ed. Curitiba: ICPC: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SBT Santa Catarina. *Caíam na minha delegacia, covardes! (24/09/2013)* - Comentário de Luiz Carlos Prates. Disponível em: <<http://youtu.be/WKg1bX0kDDE>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO. *SBT Brasil*. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SETTI, Ricardo. *Os perigos do decreto bolivariano de Dilma*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/os-perigos-do-decreto-bolivariano-de-dilma/>>. Acesso em 20 de nov. 2014.

SHALDERS, Andre. *Câmara derruba decreto que criou o Sistema Nacional de Participação Social*. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/10/28/interna_politica,454933/camara-derruba-decreto-que-criou-o-sistema-nacional-de-participacao-social.shtml>. Acesso em 20 de nov. 2014.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. *Sobre a Análise do Discurso*. Revista de Psicologia da UNESP, v. 4, n.1, p. 16-40, 2005.

SOUZA, Pedro de. *Análise do Discurso*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

TULIO VIANNA. *Túlio Vianna fala sobre o garantismo penal no II Seminário Internacional de Ciências Criminais do RJ*. Disponível em: <<http://youtu.be/LQObUIM6FUE>>. Acesso em 20 nov. 2014.

VEBLEN, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa: Um estudo econômico das instituições*. Tradução: Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultura, 1980. (Os pensadores).

VIANA, Túlio. *Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle* 2006. 206 p. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.